



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA-GERAL
COMISSÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA
Palácio do Planalto – Anexo II – Ala A – sala 114
70150-900 – Praça dos Três Poderes – Brasília-DF
Tel.: (61) 3411-3892/2403 – Fax: (61) 3226-9385 – e-mail: cnapo@presidencia.gov.br

**Relatório 10ª Reunião Plenária da Comissão Nacional
de Agroecologia e Produção Orgânica - CNAPO**
Dias 16, 17 e 18 de Março de 2015

17.03.2015

Aprovado o relatório da 9ª Reunião Plenária da CNAPO, sem ressalvas.

Apreciada e aprovada a pauta, que sofreu alterações, não tanto de conteúdo, mas de ordem em função da presença dos Ministros.

Os temas centrais desta reunião são:

- a) A continuidade da construção do Plano Plurianual 2016-2019;
- b) O Fórum Interconselhos;
- c) A perspectiva de elaboração do segundo Planapo.

Apresentação PPA 2016-2019

Rogério Dias – Mapa

Em nome da Mesa Coordenadora, Rogério apresentou, de forma geral, o que vem sendo feito em relação ao processo de construção do Plano Plurianual - PPA. A decisão foi tomada na 9ª reunião da CNAPO e o objetivo é ter um documento que possa servir de referência na hora em que os órgãos forem fazer a discussão do PPA 2016-2019.

Nesse momento, as avaliações que estão sendo feitas sobre objetivos e metas não significam que esses objetivos e metas estarão dessa maneira no PPA, mas que servirão de orientação no processo de elaboração do PPA. O PPA atual tem 65 programas e a ideia a princípio é não aumentar programas, com a possibilidade de reduzir a quantidade. Certamente, o objetivo é reduzir o número de iniciativas e metas. De toda maneira, devemos ter as oficinas e espaços de discussão setorial, abordando todos os temas, como educação, saúde, etc., quando serão discutidas pelos órgãos as propostas de programas, objetivos, iniciativas e metas vão constar. É importante reforçar que o documento da CIAPO é uma contribuição, e que a análise que a CNAPO fez não “engessa” o documento, que continua servindo como referência para a elaboração do PPA.

Selvino fez um aparte, sobre o documento a ser elaborado e divulgado conjuntamente pelo Consea, pelo Condraf e pela CNAPO, que será debatido em plenária amanhã pela manhã.

Apresentação da Síntese das Contribuições das ST ao documento da CIAPO sobre PPA

Luisa, SG-PR, apresentou a sistematização das propostas das ST. Durante a apresentação, foram tiradas dúvidas e realizados ajustes pontuais de redação.

A plenária encaminhou que a secretaria-executiva da CNAPO ficará responsável por consolidar as propostas em um texto único, a ser validado pela Mesa Coordenadora da CNAPO e encaminhado à CIAPO como síntese das contribuições da CNAPO.

Apresentação de Renato Simões, novo Secretário de Participação Social, sobre o processo de participação social na construção do PPA 2016-2019

Renato, SG-PR, apresentou-se dizendo que é de Campinas (SP) e foi convidado para assumir o que pode vir a ser uma Secretaria Nacional de Participação Social, a depender da reestruturação da SG-PR. Esta nova secretaria ficaria encarregada de conduzir a participação social no governo, em um programa a ser lançado no dia 14/04, pela Presidenta Dilma, no lançamento do projeto Participa Brasil, que terá inicialmente três grandes áreas: o Participa Brasil do PPA; o Participa Brasil das Conferências; e o Participa Brasil nas Mídias Sociais, um projeto bastante amplo de participação social por meios digitais.

Passado o PPA, nós temos que pensar a participação social na LDO 2016, na LDO 2017, no Orçamento 2017, na revisão do PPA (estamos propondo uma revisão na metade do processo, para avaliar o andamento. Não há ainda mecanismos legais para reorientações do planejamento. É preciso abrir esse debate, sobre de que forma é possível se incidir nos rumos do próprio PPA na metade de sua execução).

Foi chamada uma reunião com os secretários-executivos dos conselhos e comissões nacionais para apresentar essas idéias gerais. Esses conselhos e comissões receberão, no mesmo momento que os ministérios, um ante-projeto de PPA para que ele submetido a um debate no Fórum Interconselhos, já com uma matéria-prima conhecida. Este vai ser o primeiro Fórum do Participa Brasil, portanto será o Fórum Interconselhos Ampliado. Além da representação dos Conselhos Nacionais, vamos estabelecer mecanismo para que territorialidades, setorialidades e unidades da federação possam participar conosco dessa etapa.

No dia 14/04 haverá um grande ato de abertura desse processo, com o lançamento do Participa Brasil pela Presidenta Dilma. A partir do dia seguinte, de 15 a 17/04, nós reuniremos o Fórum Participa Brasil do PPA. Nesse Fórum, as comissões e conselhos serão representados por até 8 de seus integrantes, membros da sociedade civil.

Outra inovação importante é que todo o processo será acompanhado, etapa por etapa, com participação digital. Nossa meta é colocar em consulta pública, por meio do Participa.Br, a partir de 07/04, os textos que vocês vão receber em primeira mão, juntamente com os ministérios, em um processo de participação digital que será concluído no dia 17/04, quando as propostas do Fórum e aquelas construídas em meio digital serão consolidadas e pactuadas pelas instituições.

A partir de 20/04, os ministérios e conselhos debaterão, à luz do debate estratégico das propostas que foram discutidas, os seus programas, suas metas e suas diretrizes. E nós queremos que os ministérios, quando forem discutir a sua dimensão setorial, o façam com participação dos conselhos, comissões e comitês organizados em seu âmbito. Isso será feito com o apoio de uma plataforma digital. Nós queremos fazer uma mobilização, via conselhos e comissões, para a que a nossa base social, que os conselhos e comissões representam, estejam cientes desse processo. Portanto, de abril a junho teremos esse debate setorial.

Estamos ainda em entendimentos para que a gente veja o que é possível fazer de audiências públicas ou seminários ou debates, enfim, alguma forma de participação regional ou estadual.

No segundo Fórum, no mês de julho, quando será reunido esse grupo novamente, para analisar a versão em debate no MPOG. Essa versão, com as devidas propostas, será consolidada em uma versão final pelo MPOG e enviada pela Presidenta Dilma para posterior envio à Câmara e ao Senado. A partir daí, esperamos ter também um processo de participação digital e acompanhamento das emendas parlamentares ao PPA, da movimentação, do relatório do relator, ou seja, que a gente incida também no debate parlamentar. Encerrado o PPA, vamos abrir as ferramentas de monitoramento do PPA, com uma grande plataforma digital, onde vamos acompanhar a execução do PPA de forma interativa.

Selvino registrou que, em termos de CNAPO, esse debate vem sendo realizado desde o ano passado. Daniel Avelino, da SG-PR, e representantes do MPOG já estiveram em nossas reuniões e a própria Mesa Coordenadora da CNAPO já teve reuniões sobre esse tema. Temos um acúmulo razoável, inclusive com propostas concretas que estamos debatendo. Nossas Subcomissões Temáticas se reuniram ontem para debater documento elaborado pela CIAPO sobre o PPA. Além disso, tivemos várias reuniões para articulação conjunta interconselhos (Consea, Condraf e CNAPO). Neste momento, está sendo elaborada uma carta política que vai ser entregue no Fórum Interconselhos em nome da CNAPO, e também um documento a ser assinado em conjunto pelo Consea, pelo Condraf e pela CNAPO. Essas três instâncias estão em articulação para atuar no Fórum Interconselhos, colocando a nossa visão sobre a importância, o peso e a presença que nós imaginamos que o tema da Agroecologia e da Produção Orgânica deverá ter no próximo PPA.

PL 7735

André Dallagnol – Terra de Direitos e Diego Donizetti – SG-PR

Sobre a tramitação do projeto até aqui, ele continua em regime de urgência. Todas as emendas que foram apresentadas foram rejeitadas, portanto o projeto aprovado é o projeto do relator Alceu Moreira (PMDB), que inclui alguns termos que merecem ser debatidos. A situação atual, portanto, no Senado Federal, é que está em pauta para votação o substitutivo desse projeto de lei, que é o texto do relator. O prazo para votação no Senado Federal é até o dia 10/04, dentro dos 45 dias regulamentares. O prazo para emendas já expirou, na semana passada, e foram apresentadas 116 emendas. Existe outro projeto de lei, proposto pelo Senador Capiberibe, que tenta contemplar muitas críticas ao projeto originário, e que apesar de versar sobre o mesmo assunto não é apensado, justamente em função do regime de urgência. O projeto vai passar por quatro comissões, a saber: “Assuntos Econômicos”, “Constituição e Justiça”, “Ciência e Tecnologia”, “Meio Ambiente” e “Agricultura e Reforma Agrária”.

Hoje aconteceu uma audiência pública com os ministros e os senadores. Amanhã acontecerá outra audiência pública, com a sociedade civil, em duas mesas diferentes. A primeira mesa será com os exploradores (indústrias) e uma segunda mesa com os “provedores”. Essa será a primeira vez, portanto, que os provedores serão ouvidos oficialmente nesse processo. Será amanhã, depois do prazo de apresentação das emendas, etc. Ou seja, há muito pouco espaço de incidência.

Quanto à questão do conteúdo, há alguns conceitos novos, como o conceito de “agricultor tradicional”, que é um pouco diferente do projeto de lei inicial, que falava de agricultor familiar; a conceituação de “sementes crioulas”, que em um primeiro momento se tentava excluir o poder do Mapa de se definir o que é semente crioula ou não. O projeto aprovado acabou remetendo à Lei 10711, ou seja, retornaria à competência do Mapa a definição do que é semente crioula ou não; e a questão de acesso e repartição de benefícios sobre os recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados à agrobiodiversidade, ou seja, alimentação e agricultura. Surge então o receio dessa nova figura jurídica, uma figura genérica que acaba desconstruindo o que já existe em termos de legislação e de políticas públicas que vêm sendo executadas e deveria ser objeto de preocupação no âmbito da CNAPO. Existem diversos outros pontos que merecem ser discutidos pela sociedade civil, mas para este momento separamos basicamente esses pontos para discussão.

Diego, SG-PR, esclareceu que esse projeto tem uma dinâmica de tramitação em regime de urgência, o que levou a um processo atropelado, dado o processo eleitoral do ano passado, não houve uma discussão adequada na Câmara dos Deputados e o projeto passou a trancar a pauta sem que fosse discutido adequadamente com a sociedade civil e outros agentes.

A princípio, a intenção do Poder Executivo era encaminhar dois projetos de lei, um tratando apenas da biodiversidade e outro com as questões relativas à agrobiodiversidade, que ainda estava sendo discutido dentro do

Executivo, mas por pressão da Frente Parlamentar Agropecuária na Câmara dos Deputados, os dois temas foram unidos, o que nesse processo de urgência acabou dificultando o diálogo. Quando o projeto passou a trancar a pauta e vimos a possibilidade de votação imediata no plenário e o cenário em que se apresentava como relator o deputado Alceu Moreira, passamos a nos aproximar da sociedade civil, buscar os Povos e Comunidades Tradicionais. Foram feitas várias reuniões pelo MDA, com a SG-PR, com o Consea, etc., culminando com uma reunião dos Povos e Comunidades Tradicionais e Movimentos Sociais com todos os órgãos do governo, inclusive a Casa Civil, quando foram recebidas as demandas da sociedade civil. Houve pouco tempo para discutir o tema, mas o Governo decidiu aceitar sete pontos propostos pela sociedade civil. Alguns desses pontos já eram consenso dentro do governo, outros a Casa Civil teve que arbitrar que o governo iria defender. Posso pedir para que o Selvino encaminhe todos os sete pontos, com as devidas argumentações e justificativas, para todos.

Destaco a importância da participação do deputado Alessandro Molon (PT-RJ), que assumiu os sete pontos do governo e ainda outros oito pontos da sociedade civil. Apesar da atuação do deputado, perdemos as 14 emendas apresentadas, mostrando a força e o conservadorismo que está instalado em nosso Congresso Nacional. Foi feito o possível com a ajuda das bancadas do PT, do PV, do PSOL, do PCdoB, mas ainda assim tivemos uma derrota completa. O Governo, além de apoiar os sete pontos acordados, não se opôs aos outros pontos da sociedade civil na votação do plenário, mas infelizmente não conseguimos aprovar nenhuma emenda. No processo de tramitação no Senado Federal houve uma grande articulação dos Movimentos Sociais e dos Povos e Comunidades Tradicionais junto aos parlamentares. O governo articulou os sete pontos acordados novamente com a base aliada, mas o que reflete e mostra essa forte articulação feita são as 116 emendas apresentadas. A sociedade civil conversou com vários parlamentares, de vários partidos, e conseguiu apresentar seus pontos para debate. Vai ser tramitado nas cinco comissões citadas pelo André, sendo que nas Comissões de "Agricultura e Reforma Agrária" e "Ciência e Tecnologia" será por força de requerimento de parlamentares. A tramitação conjunta, em função do regime de urgência, portanto em 45 dias tem que ter um relatório conjunto das comissões ou um relatório de cada uma, para que em plenário seja avaliado o posicionamento das comissões.

Foram articuladas audiências públicas. Propusemos que a SG-PR participasse, mas por decisão dos parlamentares, ficamos de fora. Eles separaram o debate. Hoje fizeram um debate com o governo, com a participação do MDA, MCTI, MMA, Mapa, etc. Amanhã será feito o debate com as empresas que fazem o acesso e com os provedores. Do nosso ponto de vista, foi ruim essa separação, poderia ter sido feito um diálogo conjunto no Senado Federal, mas acreditamos que os provedores terão chance de falar com os senadores nessa audiência pública e tentar convencê-los dos pontos que são relevantes. Hoje ouvimos algumas falas preocupantes de alguns senadores, inclusive de alguns senadores da base aliada, como o Senador Jorge Viana, minimizando a questão do conceito de agricultor familiar, da importância desse contexto estar no texto, etc. Nós sabemos da importância desse conceito voltar ao texto e vamos conversar com o senador Jorge Viana. Os sete pontos defendidos pelo governo não podem, em hipótese alguma, serem minimizados pela base aliada. Estamos apoiando os Povos e Comunidades Tradicionais nos pontos defendidos por eles, mesmo com algumas divergências existentes dentro do governo, a exemplo de alguns entendimentos diferentes por parte do MMA e do Mapa. Os sete pontos que foram acordados serão defendidos e, da parte da SG-PR, vamos apoiar também junto aos parlamentares próximos, assim como fizemos na Câmara dos Deputados.

É claro para nós que houve uma falha de condução. Há pouca participação, mas estamos trabalhando para ajudar no que for possível, para ampliar a participação dos Povos e Comunidades Tradicionais e minimizar o impacto do texto vigente hoje, que está muito ruim, que a gente consiga construir um texto que amenize esses impactos. Trabalhar também na regulamentação, depois, para resolver os problemas e para que essa lei possa avançar na questão da repartição de benefício e não ser um retrocesso.

Maria Emília, Consea

Gostaria de salientar alguns pontos. O primeiro deles é que estamos em um momento da história que requer uma articulação política fina, também nos ministérios. Esse processo como foi encaminhado, esse PL em regime de urgência, sem a escuta dos Povos Indígenas, Povos e Comunidades Tradicionais e sem uma articulação maior também entre os ministérios, só pode resultar nessa situação em nós estamos, que é difícilíssima. Há formulações nesse PL que ignoram a própria legislação, há aspectos de desconstrução de direitos. Mas segundo, essa articulação entre os ministérios é importante para que possamos pensar em que medida o conteúdo de um PL como esse rebate, tem impacto nas próprias políticas e programas públicos. Essa análise fina precisa ser feita, pois as coisas não se dão de forma estanque, portanto é preciso saber e analisar que impactos têm esses conteúdos em relação a um programa de biodiversidade, a um programa agora lançado, o de sementes no semiárido, às próprias propostas gerais do Planapo e do Plansan, etc.

Essas coisas são bem articuladas. O Consea, que tem se manifestado com veemência e com frequência em relação ao direito a terra e território desses povos, não pode deixar de olhar de forma associada ao que representa o PL 7735, agora 02 do Senado, nesta interação com programas, políticas públicas e direito a terra e território. Segundo, a posição que o Consea renovou, há dez dias, foi a mesma que tivemos há alguns meses, logo que foi encaminhado em regime de urgência, que foi a proposta de retirada do regime de urgência. A proposta foi enviada pelo executivo e nossa argumentação era que precisava garantir um processo de consulta amplo, aliás, respeitando a Convenção 169, que o Brasil ratificou, e isso é muito importante, porque é um exemplo, inclusive, para outros países que não ratificaram. Há dez dias, nós mantivemos esta posição de retirada do regime de urgência e renovamos a nossa compreensão de que o Protocolo de Nagoya era preciso ser ratificado também no Congresso e depois fazer essa regulamentação de acesso a recursos genéticos.

Por último, a proposta do governo chegou sem uma justificativa com base em alguns valores, princípios, diretrizes, e isso chama a nossa atenção no Consea. No mesmo governo, temos participado e temos assegurado a edição de propostas, de planos, de leis, etc., que asseguram isso. A lei de segurança alimentar e nutricional está lá, embasada no direito humano à alimentação, festejamos a sua inclusão na Constituição brasileira. Então, a princípio, os valores e diretrizes.

Marciano Toledo, MPA, informou que vem acompanhando esse debate e fazendo as articulações necessárias. Hoje, o governo foi para a audiência pública, representado pelo Ministério da defesa, Mapa, MDA, MCTI, MDIC, MDA, SEPPIR e, com exceção do MDA e da SEPPIR, todos defendem, veementemente, a proposta que está na pauta. O foco é atender a demanda da indústria, farmacêutica e de cosméticos, e a demanda da Academia.

Outra questão é que, para além da violação dos direitos, hoje o que se pretende, porque não há ainda uma posição articulada do governo, como falaram os próprios senadores Capiberibe e Randolfe, não há um consenso no governo. Depois Jorge Viana tentou minimizar se referindo aos sete pontos. Há espaço ainda de intervenção nossa. Nós fizemos um debate no final do ano e lançamos uma carta, no âmbito da ANA e de várias organizações. O MDIC, em sua fala na audiência, reconhece que nós temos o direito de dizer “não”. Não à disponibilização, não ao acesso à informação, não à expropriação do patrimônio genético, que nós consideramos ainda como sendo nosso, um bem comum.

Ainda assim, há um posicionamento. Ficou encaminhada hoje, para a próxima terça-feira, uma audiência pública específica das comissões para debater os sete pontos expostos pelo Senador Jorge Viana, mas os demais senadores disseram que há mais pontos divergentes. MDA e SG-PR têm que se comprometer e fazer a ingerência necessária no Palácio do Planalto, na Casa Civil e no Gabinete da Presidenta. O texto está para liberar geral a biopirataria. Efetivamente, ela ocorre, e o texto do jeito que está vai simplesmente legalizá-la. Há alguns dias para fazer esse

debate, mas a gente precisa agir. A gente precisa somar os esforços, pedir uma audiência na Casa Civil, com o Ministro. A gente não quer ser meramente fornecedor de matéria-prima.

Sobre a audiência pública da próxima terça-feira, sobre os pontos específicos que não são consenso no âmbito do governo. Os senadores relatores, por meio de seus assessores reunidos hoje, para fazer um planejamento dessa audiência, convidaram a CNAPO. A CNAPO foi convidada a participar dessa audiência, na próxima terça-feira, pelo entendimento de que a CNAPO possui membros da sociedade civil e membros do governo que poderiam estar contribuindo e ampliando esse debate.

Cláudia de Pinho, da Rede de Comunidades Tradicionais Pantaneiras, representando a CNPCT, coloca que vale registrar que a grande preocupação é que quando o governo coloca por meio do MMA, e o MMA é a secretaria-executiva da Comissão, com quem a comissão deveria ter diálogo mais próximo do governo e o próprio MMA não ouve os Povos e Comunidades Tradicionais, ficamos em uma situação muito delicada.

Elenar, Diretoria de Desenvolvimento do Incra, colocou, tentando lembrar os pilares do desenvolvimento do capitalismo no campo no Brasil. Em 2004, nós tivemos a legitimação dos transgênicos. Recentemente, houve a questão da legalização do desmatamento, por meio de um projeto de lei que diminuiu as áreas de reserva. E agora, temos a questão dos recursos genéticos. Por esses três pilares é que a agricultura patronal vem lutando há muito tempo.

Considerações Finais da Mesa

André Dallagnol – Terra de Direitos

Esse projeto de lei não foi construído e existe uma negação muito evidente por parte de seus mentores, de conversar, de dialogar. Apesar de terem sido poucas e esporádicas, houve consultas tempos atrás. Marciano participou de uma, por exemplo, de uma consulta pública em uma comunidade indígena no Rio Grande do Sul. De lá, surgiram demandas e nenhuma foi incorporada nesse projeto de lei. Nós estamos sendo ouvidos basicamente para lamentar, agora. Através de uma articulação não oficial, construíram-se as emendas. Essa construção foi tão anti-democrática quanto o próprio projeto de lei. Porque a gente não teve tempo. Quem tinha o poder para frear esse projeto, e possibilitar uma construção democrática, ainda que fosse das emendas, não fez isso. Isso obrigou lideranças de movimentos campestinos e de povos e comunidades tradicionais a se debruçar sobre o projeto de lei e maquiagem o morto. Existem emendas que estão lá por articulação extra-oficial. Não existe um pronunciamento oficial de nenhum ministério nesse sentido.

Diego Donizetti, SG-PR

Respondendo a um questionamento da Maria Emília, os Ministros Patrus e Rosseto estiveram na Plenária do Consea e receberam a demanda de retirada do pedido de urgência para esse projeto de lei. Esse é um dos temas que não têm consenso dentro do governo. A Secretaria-Geral e o MDA desde o princípio concordam com a retirada, mas o pedido de urgência tem a defesa de outros atores para que ela seja mantida, e no cômputo geral nós estamos perdendo. O Ministro Miguel Rosseto vem aqui amanhã conversar com vocês e acho importante retomar esses temas com ele. Não posso dizer para vocês que o pedido de urgência será retirado, pois é uma posição que está além da Secretaria-Geral, do que a gente pode fazer, mas defendemos isso dentro do governo.

Sobre essa demanda do Marciano, de uma conversa com a Casa Civil, vamos tentar fazer essa conversa antes da apresentação do relatório nas comissões para ver se conseguimos avançar em mais algum ponto além daqueles sete acordados. No Senado, acredito que vamos aprovar os sete acordados e vamos apoiar vocês nos outros pontos. Temos que ter em mente que do Senado, esse texto volta para a Câmara, em um cenário de grande chance de derrubada. A gente precisa trabalhar a articulação junto ao Senado já pensando em como vai fazer isso na Câmara.

Tivemos uma boa articulação com alguns parlamentares, mas vimos que não tínhamos nenhum poder de barganha com a maioria estabelecida na Câmara.

Temos que fazer uma reflexão sobre o aconteceria se fosse feita a retirada do regime de urgência. O que resolveria? Não vejo que resolveria muita coisa, pois as forças poderiam impulsionar o projeto do mesmo jeito. O que a retirada poderia propiciar seria a escuta das bases, a oitiva dos povos e comunidades tradicionais, mas tenho certeza de que estando no Congresso Nacional esse projeto de lei, não temos tanta capacidade de interferir nos prazos.

Tatiana Muniz – Rede Xique-Xique

Pedi a manifestação do plenário em relação ao convite trazido pelo Marciano e a indicação de quem seria o representante da CNAPO na reunião. Selvino, SG-PR, colocou que, de preferência, que seja alguém membro da CNAPO, representante da sociedade civil e que esteja aqui em Brasília. Sugeriu o próprio Marciano. André Dallagnol (Terra de Direitos) e Marciano (MPA) foram indicados pelo plenário.

Diego informou que Lázaro (Fetraf), Poleze (Contag), Dione (Conaq) e Joaquim Belo (CNS) participaram desses debates, a convite do MDA, e estão também convidados para essa reunião.

18.03.2015

Selvino, SG-PR, informou que está prevista para esta sexta-feira, a inauguração da unidade de secagem e armazenagem da Cootap, em Eldorado do Sul – RS, com a presença da Presidenta Dilma, para a Abertura da Colheita do Arroz Ecológico.

Carta CNAPO para PPA

Paulo Petersen fez a contextualização e a apresentação da Carta da CNAPO, iniciativa da Mesa Coordenadora. A idéia surgiu em reunião da Mesa Coordenadora, em função do processo preparatório para o Plano Plurianual – PPA 2016-2019 e da participação da CNAPO nesse processo. Selvino pediu que as manifestações sejam feitas por escrito, a menos que haja algum aspecto essencial, que se destaque. A proposta é que neste momento seja aprovado o mérito do documento.

Paulo fez a leitura da Carta e pediu que a Plenária dê à MC o papel de fazer a redação final do documento, desde que o mérito e o conteúdo, de forma ampla, estejam aprovados. A Plenária aprovou por aclamação o documento.

Selvino lembrou que esse documento é o mais político da CNAPO em toda a sua existência. Vai circular internamente ao governo e depois no Fórum Interconselhos, com a previsão de 600 pessoas de público, onde alcançará lideranças de vários conselhos e comissões, além de outros setores convidados, inclusive empresariais. Esse documento é de debate e combate político, não só para o PPA, mas para outros debates políticos, como sobre o modelo de desenvolvimento que pensamos para o próximo período. O documento será ainda utilizado como base para um documento conjunto, a ser construído em parceria com o Consea e o Condraf.

Proposta conjunta, elaborada pela Mesa Coordenadora da CNAPO, Mesa Diretiva do Consea e com representação do Condraf, é pleitear a inclusão, nas Dimensões Estratégicas do PPA 2016-2019, mais um Macro-desafio, com a seguinte redação: “Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, Agroecologia e Acesso à Terra”. O Consea já fez proposta de redação e está aguardando a carta da CNAPO, além da contribuição do Condraf, para que sejam reunidos os conteúdos e elaborado o documento conjunto.

Sobre a definição dos oito representantes, Denis, da ANA, informou que há cinco nomes definidos até o momento: Generosa, Tatiana, Verônica, Ernesto e Romeu. Até o final do dia espera-se fechar as outras indicações. Selvino lembrou as datas e a programação, reforçando a importância da disponibilidade da presença durante todo o evento.

Selvino colocou que a Mesa Coordenadora e a Secretaria-Executiva circularão documentos e informações, para auxiliar na divulgação. A articulação com o Condraf e o Consea também será conduzida no âmbito da Secretaria-Executiva da CNAPO. Sugere fazer reunião, antes do Fórum Interconselhos, aproveitando a chegada dos participantes na parte da manhã, entre a Mesa Coordenadora, e também entre os Conselhos, para reforçar a estratégia de atuação conjunta. A CIAPO também terá reuniões onde fará o acompanhamento desse processo.

Consolación, da Embrapa, propôs forma de redação para a Carta (a encaminhar por escrito) e sugeriu que poderia ser feito um trabalho ativo com os técnicos de planejamento que estão nessa agenda, pois as pessoas muitas vezes desconhecem os conteúdos desses documentos. Selvino informou que já houve várias reuniões com técnicos do Planejamento, mas que essa preocupação será reforçada pela MC.

Denis, ANA, colocou que é preciso dar ampla divulgação e sugeriu usar o nome fantasia do Planapo (Brasil Agroecológico) no documento, para chamar a atenção. Sugeriu ainda que se faça uma diagramação desse documento e busque imprimir várias cópias para o Fórum Interconselhos, de preferência frente e verso, para facilitar, utilizando fotografias, criando arte, para tornar atrativo, e se disponibilize ainda nos sites das redes etc.

Terezinha, Embrapa, sugeriu que a FAO deveria ser considerada na estratégia de pressionar o governo a incluir a Agroecologia. Seria o caso de se pedir apoio à FAO, em forma de uma carta à Presidenta Dilma, com orientações para o fortalecimento da agroecologia no PPA.

Paulo Petersen lembrou a realização de um seminário da FAO sobre Agroecologia em Roma, no ano passado. Em 2015, já ocorreu um seminário continental, na África. Haverá ainda o Simpósio Latinoamericano, liderado pelo MDA, realizado pela FAO e pelo Governo Brasileiro, será realizado em maio deste ano, em Brasília. A ideia é produzir uma Carta Política, assim como foi feito em Roma, para os países da América Latina. A PNAPO e o Planapo, experiência brasileira, inclusive, é uma referência. Maio ainda é momento de debate de PPA, portanto seria o caso de se usar esse simpósio para trazer à tona essa discussão. O evento não será de massas, mas terá a presença de representantes de vários países.

Cássio, MDA, informou que após a primeira conversa com os movimentos sociais, o seminário teve a sua data modificada para junho. Será uma discussão política, de forma que possa reunir esse conjunto de países da América Latina e do Caribe, em um espaço de articulação e conversação entre os diversos movimentos sociais desses países e também espaços de governo. Esse formato foi negociado, em um primeiro momento, em versão discutida com a FAO Chile e a FAO Roma, porém o MDA tomou conhecimento de que alterações nesse documento foram propostas no âmbito da CELAC. O governo está aguardando o diálogo de âmbito internacional, com atores como a CELAC e a SOCLA. A SAF-MDA pretende que esse documento seja discutido no âmbito da CIAPO e da CNAPO. SAF-MDA propôs que o MDA organize a parte de Governo (Governo Brasileiro, CIAPO, CNAPO e governos internacionais), fazendo a proposta de pauta. E a parte internacional de sociedade, a assessoria internacional do MDA está fazendo em parceria com os movimentos sociais, representados neste momento pelo Paulo e pelo Marciano.

Generosa, Unicafes, sugeriu que seja feito um trabalho de comunicação de massas para a Carta da CNAPO. Não basta encaminhar apenas ao público simpatizante com as nossas causas, mas é preciso alcançar aqueles que não estão envolvidos diretamente. Fazer trabalho no Congresso, gabinete por gabinete. No Senado. Nos eventos em que participarmos, não basta colocar a Carta nas pastas, ela deve ser lida. Tem que se ter atitudes mais fortes. Sugeriu que na próxima reunião da CNAPO, que estejamos prontos para fazer um trabalho de base, distribuindo a Carta no Senado e no Congresso.

Selvino propôs o encaminhamento de que a Secretaria-Executiva e a Mesa Coordenadora finalizem o documento, e dar encaminhamento às providências, comunicando aos membros o andamento, e recolher o restante das indicações para o Fórum Interconselhos.

Programa Ecoforte

Tatiana Muniz apresentou Conceição Gurgel, da FBB, que realizou apresentação (Em Anexo) sobre o Programa Ecoforte. Selvino explicou que a nova representante da SG-PR, em substituição à Fernanda Machiaveli, que foi para o MDA, é Analine Specht. Selvino apresentou Érika Borges, nova Secretária da SNAS, em substituição a Paulo Maldos. Cássio parabenizou a FBB pela apresentação e principalmente pelos resultados. O mapa apresentado nos dá a visão de que a agroecologia está mais distribuída do que a gente pensa pelo País, a exemplo do Centro-Oeste e o Norte.

Érika Galvani se apresentou e informou sobre os planos da SG-PR de formalizar uma nova estrutura, dividindo a Secretaria Nacional de Articulação Social em duas secretarias, uma com foco no Diálogo e outra com foco na participação, das quais os secretários seriam Renato Simões e ela própria. Ela será representante da SG-PR no Comitê Gestor do Ecoforte, juntamente com Analine Specht, da Secretaria-Executiva. Os Programas Ecoforte, Terraforte e Cataforte ficarão sob gestão da nova Secretaria de Diálogos Sociais. Érika se colocou à disposição e apresentou Gustavo, que integrará a sua equipe. A Secretaria de Diálogos será dividida em duas temáticas bem específicas: a Rural, atendendo aos movimentos Rurais, do Campo e de Territórios, e outra que atenderá à área urbana. Gustavo está à frente da pauta dos rurais. A equipe ainda está sendo composta.

Laércio, Rede Ecovida, sobre os resultados do Ecoforte, chamou a atenção para a dimensão dos resultados alcançados em relação aos resultados previstos. O Programa Ecoforte está em três iniciativas do Planapo, e a soma dos valores dessas iniciativas é bem maior do que conseguimos destinar aos editais até agora. Externou a sua preocupação com a execução do Planapo, inclusive porque o prazo está finalizando em dezembro de 2015.

Ferrari, CTA, acrescentou que o processo operacional para condução dos projetos na FBB apresenta dificuldades. Várias mensagens são trocadas, providências são tomadas, mas o fluxo não segue, porque a FBB faz e refaz solicitações, e de fato os projetos não são contratados, o que prejudica a sua implementação. Questionou a FBB sobre o fluxo operacional dos projetos na FBB. Registrou que não tem conhecimento de nenhum projeto que tenha começado a funcionar.

Conceição, FBB, esclareceu que houve uma dificuldade no fim de 2014, principalmente em novembro e dezembro, com o acúmulo de 240 projetos aprovados nesse período. O foco nesse período foi garantir os recursos, pois caso não se execute o orçamento, além de perdê-lo isso tem impacto no repasse futuro do BB para a FBB. Em função desse motivo, foram aprovados projetos sem a documentação total necessária. Os dois primeiros meses de 2015, portanto, foram usados para regularizar a situação desses projetos. Mas essa situação já está resolvida. Nos últimos dez dias, 20 redes já foram autorizadas a iniciarem seus projetos. 2 redes estão com documento em trânsito, mas que devem receber autorização logo. Faltam ainda 3 projetos, sendo que um tem problemas de licenciamento ambiental e outros dois são mais simples. A FBB pede desculpas por quaisquer transtornos que as Redes tenham sofrido. O fato positivo que se pode destacar é que agora no início de março todos os projetos terão autorização para iniciar e os projetos vão seguir juntos, ao mesmo tempo.

Érika complementou dizendo que o Comitê Gestor do Ecoforte está trabalhando com a perspectiva de cumprir o que foi acordado. Na última reunião, o Comitê encaminhou que vai levantar a alocação de recursos de diversos órgãos, agora que a Lei Orçamentária foi finalmente aprovada. Sugere que para o próximo PPA seja criada uma ação orçamentária, para que não mais seja necessária essa disputa por recursos. A articulação com o BNDES será

retomada, para que seja negociado o aporte de recursos em 2015. Espera-se que na próxima reunião da CNAPO seja possível trazer os compromissos de cada parceiro com os recursos para o Ecoforte.

Cássio lembrou que existe um acordo assinado pelos Ministérios para a execução do Ecoforte.

Plano Safra

Cássio, MDA, informou que fará uma fala inicial, mais direcionada à atuação da Secretaria de Agricultura Familiar – SAF do MDA e a fala institucional propriamente dita será feita pelo Ministro Patrus.

O Plano Safra organiza o conjunto de ações do MDA e do Incra, que passam a ser integradas. É geralmente lançado no mês de junho, atendendo, em grande medida, às pautas dos Movimentos Sociais do Campo, a exemplo de Contag, Fetraf e MPA. Essa pauta também é tratada de forma intensa pela SG-PR, abrindo um diálogo sobre as políticas públicas. No âmbito do MDA, o Condráf é um espaço privilegiado para a discussão das estratégias. Hoje há um grande plano de PNDRSS, grande parte dos movimentos representados aqui na CNAPO participaram dessa discussão e elaboração. O PNDRSS é um instrumento importante para nos fazer avançar. O Planapo deverá também se constituir em uma forte influência para a construção do próximo Plano Safra. É importante que a discussão da CNAPO sobre o PPA 2016-2019 seja incorporada nessa discussão.

A participação na discussão do Plano Safra é composta também pela contribuição da CNAPO. O Plano Safra é fechado um pouco depois do PPA, o que nos dá força para batalhar por mais espaço para a agroecologia e a produção orgânica nos dois instrumentos. Essa perspectiva também é importante que seja considerada para a construção do segundo Planapo.

Rogério Dias, MAPA, lembrou que existem dois Planos Safra, um da agricultura familiar e outro da agricultura patronal. No âmbito do Mapa, o Plano Safra é a política agrícola para o próximo período, 2015-2016, a maior parte focada em crédito para custeio e investimento. Mas o objetivo desse Plano vai além do crédito, a idéia é que ele contemple outras políticas também. Na parte do crédito, ainda não definições, pois o processo iniciou agora. As demandas encaminhadas pela Coordenação de Agroecologia foram aquelas discutidas pela Câmara Temática de Agricultura Orgânica. A proposta continua sendo que a parte de financiamento à agricultura orgânica tenha as mais baixas taxas possíveis, o que deve ser difícil de manter no atual cenário econômico. Outra proposta é o abatimento nas taxas para os produtores em processo de conversão que consigam completar seu processo dentro do período de carência. Outro ponto importante é conseguir negociar a amplitude do prazo de pagamento e também o prazo de carência. Outra proposta, já buscada no ano passado e não contemplada, é conseguir um percentual a mais na PGPM para valorizar os produtores que trabalham com produtos orgânicos, na necessidade de garantia de preços, valendo para a PGPM e para a PGPM-Bio. Como o Plano não é só uma questão de crédito, é importante conseguir o compromisso de se manter como políticas para o próximo biênio, as iniciativas que já vêm sendo adotadas. A Coordenação de Agroecologia, por exemplo, trabalha com 43 iniciativas, como o apoio a Bancos Comunitários de Sementes e aos Núcleos de Agroecologia nas instituições de ensino. É importante que sejam mantidas pelo menos aquelas mais estruturantes, porque é uma forma de o governo se comprometer com a continuidade dessas iniciativas. E isso reforça a necessidade de garantir recursos no PPA para cumprir os compromissos do Plano Safra. O Mapa está passando por um momento de reestruturação, em função da mudança de gestão, mas a expectativa, inclusive pela existência da CNAPO e do Planapo, é de conseguir manter cada vez mais iniciativas de apoio ao setor da agroecologia e da produção orgânica.

Rogério, da Assistência Técnica do Paraná, colocou que uma das grandes dificuldades dos profissionais de ATER é a continuidade, nas áreas de reforma agrária, do modelo tradicional de produção. Questiona se há condições para que seja restringida a elaboração de projetos para o Pronaf que sejam apenas a aplicação dos princípios do agronegócio à agricultura familiar (como uso de agrotóxicos, transgênicos, etc.) e uma facilitação ou bonificação para

financiamentos de Pronaf que sejam agroecológicos ou orgânicos. É uma forma de estimular, dentro das áreas reformadas e da agricultura familiar, principalmente, a agroecologia e a produção orgânica. Esse é um pedido da ATER, uma vez que quando ocorre a recusa, por uma questão de consciência, da elaboração dos projetos convencionais, muitas vezes outras entidades assumem e elaboram esses projetos.

Chicão, MST, coloca que desde a discussão do Planapo se vive uma contradição profunda. Dentro do governo convivem ao mesmo tempo dois modelos, o agronegócio e a agroecologia. É difícil, na ponta, contemporizar esses dois modelos. A hegemonia da agricultura brasileira está voltada para o agronegócio. Parabeniza o colega do Paraná, que relatou que profissionais de ATER têm se recusado a elaborar projetos convencionais. Temos que encaminhar algumas coisas, por exemplo, no âmbito do Pronara. Devemos restringir o uso do modelo convencional em áreas como de assentamento, indígenas, quilombolas, nascentes, pantanal, etc.

Paulo Petersen colocou que estamos discutindo três escalas de planejamento do governo. O Plano Safra é um planejamento anual e temos que considerar também a elaboração do PPA e do segundo Planapo. Estamos muito centrados no monitoramento do Planapo, mas o Plano Safra, efetivamente, é a oportunidade que nós temos para avançar inclusive ao que está pactuado no Planapo. Até esse momento, não conseguimos dar uma solução adequada para o debate do Pronaf Agroecologia. Sabemos que uma série de dificuldades desde a regulamentação, a questão do tratado de Basiléia, as regras do sistema financeiro, mas há também dificuldades políticas e de concepção, até mesmo de compreensão conceitual por parte dos gestores, que não conseguem fugir das soluções tradicionais do crédito rural por não entenderem as especificidades da agroecologia. Essa questão do Pronaf é uma questão séria. É importante saber o impacto efetivo das proposições para o Pronaf Agroecologia, do ponto de vista de induzir o processo de transição agroecológica e de fortalecer a agricultura orgânica. Nossa hipótese é de que tenha sido de baixa efetividade, significando que devemos alterações mais profundas. E o momento seria esse, em que discutimos esses instrumentos de planejamento que o Plano Safra e o PPA. É interesse da CNAPO avançar no debate do Pronaf, que ocorre de forma mais forte no âmbito do Condraf, mas que deve acontecer também na CNAPO. Há uma experiência da ST Conhecimento da CNAPO, que é uma experiência interconselhos, CNAPO e Condraf, para discutir a Chamada de ATER Agroecologia. Essa experiência tem sido exitosa e bem avaliada tanto pela CNAPO quanto pelo Condraf. Sugere que seja adotada também para a discussão do Pronaf Agroecologia. Uma das propostas discutida pela ST Conhecimento para o Plano Safra é a respeito de um recurso que o MDA tem, no Plano de Inovação, que vem sendo alocado parte na Embrapa e parte no CNPq. A proposta da ST é que sejam desenvolvidas novas formas de acesso aos recursos do Plano de Inovação, inclusive levantando a hipótese de uma sugestão antiga, que o MDA executou no passado, o chamado "Pronaf Pesquisa" e que talvez pudesse ser chamado hoje de "Pronaf Inovação", financiamento para redes de inovação nos territórios, articulando com as Chamadas de ATER, com os núcleos de agroecologia, com as universidades e com a própria Embrapa, que poderá se beneficiar mais com esta forma de acesso aos recursos do que quando o recurso está em seu próprio orçamento. Esse é o depoimento dos próprios colegas da Embrapa envolvidos com o tema. Isso foi debatido na ST, mas é preciso encaminhar, de acordo com a tempestividade para a discussão do Plano Safra. A CNAPO debateu e tem sugestões, mas o debate ocorre de forma mais intensa no Condraf, portanto é importante o desenvolvimento de mecanismos de interação entre CNAPO e Condraf.

Terezinha, Embrapa, expôs a proposta, debatida ontem na ST Sociobiodiversidade, de se elencar os territórios bioculturais prioritários para a agroecologia e para a conservação dos recursos genéticos *in situ*, prioritários para a conservação da agrobiodiversidade e da sociobiodiversidade. Falou de uma experiência mexicana de mapeamento da agrobiodiversidade e dos territórios fornecedores de água. Identificar esses territórios faz parte de uma estratégia nacional agroecológica, de conhecer esses territórios e garantir zonas de amortecimento de transgênicos, agrotóxicos, etc. Temos que investir bastante em pesquisa, lembrando que nosso país é terra de parentes silvestres

de plantas cultivadas, e mostrar a importância desses territórios em termos de agrobiodiversidade e sociobiodiversidade.

Cássio, MDA, reforça o que Paulo Petersen falou sobre a experiência interconselhos da ST Conhecimento. Sugere retomar esse espaço de discussão rapidamente. O Comitê de ATER estará reunido em breve. MDA se compromete a fazer esse debate também em relação ao crédito. Considera que o olhar do governo para a agricultura familiar é um olhar diferenciado. No Plano Safra passado houve um aumento de juros para a agricultura patronal, mas a agricultura familiar foi mantido, por exemplo, além de termos conseguido a diminuição das ataxas do Pronaf Agroecologia. Essas conquistas ocorrem em um ambiente de pressão social. É importante que a própria CNAPO faça também essa discussão e participe desse debate. É importante lembrar que quem lança de fato o Plano Safra é a Presidenta, e esse instrumento passa pelo crivo da Casa Civil. Medidas inovadoras na atual conjuntura são fundamentais e a CNAPO tem todas as condições de fazer essa contribuição. Esse é o momento, vamos construí-lo.

PRONARA

A CNAPO encaminhou para a secretaria-executiva da CIAPO, para que o governo possa realizar o seu debate interno. O documento foi encaminhado pela CIAPO aos ministérios em novembro de 2014, período pós-eleitoral. A CIAPO encaminhou uma ratificação aos ministérios, em 2015, solicitando a análise do documento. Até o momento, a CIAPO recebeu quatro retornos oficiais dos ministérios, aprovando a íntegra do documento (SG-PR, Educação, Saúde e Incri). A expectativa da CIAPO é que até o dia 30.04.2015 todos os ministérios tenham se manifestado quanto ao Pronara. É com esse prazo que a CIAPO está trabalhando no monitoramento dessa análise. No mês de maio a CIAPO deverá um documento único, compilando todas as análises elaboradas pelos ministérios, de forma que até o final de maio tenhamos um documento único sobre a análise técnica da proposta. Se avançarmos bem nessa perspectiva deveremos ter uma estratégia para que esse documento entre na pauta do governo, articulando com a SG-PR e a Casa Civil. O CIAPO acompanhará a análise e os pareceres de cada ministério e órgão vinculado. Após o dia 30/04, a CIAPO dará retorno à CNAPO sobre a situação das análises.

Duda, MMA, questionou se o ofício da CIAPO informando o prazo estabelecido de 30/04 já foi encaminhado aos ministérios.

Cássio, MDA, esclareceu que o envio do Ofício ainda não foi realizado.

Duda, MMA, solicitou que seja encaminhada a ele cópia do Ofício para que possa agilizar as providências necessárias.

Chicão, MST, colocou que não dá para discutir agrotóxicos de forma isolada. Há que se discutir o tema em conjunto com transgênicos, fertilizantes, sementes, etc. Sugere, do ponto de vista do método, dentro dos territórios prioritários (Pantanal, indígenas, quilombolas, etc.), dar um prazo e criar um debate, por exemplo, para a retirada dos transgênicos. Temos que criar as condições objetivas para ir substituindo esse modelo de agricultura vigente para um totalmente diferente. Desde o início do Pronaf, o movimento enxerga o Programa não como uma política emancipatória, mas sim como uma maneira de "incluir os que já estão dentro". Para quem quer começar, o Pronaf não serve. E não serve para a Agroecologia. Na ponta, os produtores não têm acesso aos créditos da agroecologia. Na prática, se faz uma agroecologia para os que já estão "remediados". Os pobres estão fora.

Denis, ANA, coloca que tudo leva a crer que se não houver uma intensa mobilização da sociedade civil, uma cobrança permanente, a tendência é a de que essa proposta seja engavetada. Os prazos já foram apresentados outras vezes. Esse é um compromisso assumido pelo governo, nesse espaço, da construção e aprovação desse Programa, e que está no Planapo. Estamos em campanha pelo "Pronara Já". Estamos reunindo um conjunto de redes e movimentos sociais. Foi produzida uma cartilha, por iniciativa da ANA, em parceria com a Abrasco,

Associação Brasileira de Agroecologia - ABA, Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e Pela Vida, Marcha Mundial das Mulheres, entre outros, com o objetivo de difundir esse debate e ter um processo mais amplo de mobilização de várias redes pela cobrança de criação e efetivação desse Programa. Estamos ampliando e convocando outros movimentos e organizações ainda não envolvidas diretamente nessa iniciativa para que se somem e tenhamos a possibilidade de avançar nessa causa. A publicação da Cartilha teve o apoio, para a primeira tiragem, da Fiocruz, que tem debatido esse tema e manifestado seguidamente a preocupação com a situação do uso de agrotóxicos no Brasil. A Abrasco estará lançando seu dossiê sobre os impactos dos agrotóxicos em livro. O Pronara está lá, sua formulação citada como um avanço, um fato positivo. Nosso papel é de cobrar o compromisso que foi assumido pelo governo, e faremos isso hoje à tarde, com a presença dos ministros.

Balanco Planapo – Iniciativas em Alerta

Priscila, MDA, apresentou as iniciativas em alerta do Planapo (apresentação em anexo). Na última reunião da CNAPO foi apresentado o balanço da execução do primeiro ano do Planapo. Na ocasião, a partir do Balanço, foi gerada uma demanda de que fossem apresentadas as iniciativas com baixo percentual de execução. Priscila apresentou os dados e ressaltou que o período de coleta dos dados não considerou o período pós-eleitoral, o que pode mascarar os resultados, uma vez que a execução pode ter sido intensificada no final do ano. Outra questão é a necessidade de aprimorar a metodologia de monitoramento, que seja mais dinâmica e consiga captar de forma mais freqüente as informações de execução.

Laércio, Rede Ecovida, coloca que tinha uma expectativa maior quanto ao detalhamento das iniciativas. Sugere que se abra um debate, uma conversa, para entender melhor quais são essas iniciativas e os entraves para a execução.

Paulo Petersen, ANA, colocou que mais uma vez a visão quantitativa se destaca e temos *déficit* na visão qualitativa. Precisamos avançar para esse tipo de visão, pois somente a execução orçamentária nos diz muito pouco. Precisamos saber da efetividade do ponto de vista das transformações que queremos. Estamos em um processo de re-elaboração do Planapo em que esse olhar qualitativo é essencial. A linha de ação adotada pelo GT Monitoramento & Avaliação da CNAPO é propor uma metodologia que seja complementar ao olhar que a CIAPO nos traz. Mas é preciso fazer alguns exercícios de avaliação qualitativa para que possamos entrar no processo de discussão do Planapo 2 de forma mais embasada. Informe sobre o Congresso Brasileiro de Agroecologia, é que até 13.04 estão abertas as inscrições para trabalhos. Informação trazida pela CIAPO é importante, mas não suficiente.

Priscilla, MDA, informou que o monitoramento não foi feito apenas na dimensão quantitativa, mas que os aspectos qualitativos das iniciativas estruturantes foram obtidas. Talvez não seja o suficiente, mas foi um primeiro passo. As iniciativas complementares também tinham a possibilidade de ter as informações repassadas pelos ministérios.

Jorge, Mapa, complementou a fala da Priscilla, dizendo que os ministérios têm se esforçado, mas que o monitoramento é difícil, e essa dificuldade vale para todas as políticas públicas. Para várias iniciativas dessas existe uma parte descritiva, que podemos fazer o esforço de resgatar. Parabeniza a CIAPO e reforça a importância de elogiar o trabalho que está sendo feito.

Paulo Petersen, ANA, reconheceu a importância do trabalho realizado, mas reforçou a importância dos olhares complementares ao olhar da CIAPO, principalmente o olhar qualitativo na ponta. Informou ainda que a ANA organizará, até junho, um conjunto de seminários regionais, nos quais um dos objetivos será discutir o próximo Planapo. E como proposta para discutir o próximo Planapo iremos avaliar este Plano. Esses eventos regionais são fundamentais para a qualificação da mobilização nas regiões, para discussão do Planapo. Parte dos recursos materiais necessários está garantida, mas fica aqui um apelo para que os órgãos viabilizem o restante dos recursos para a realização desses eventos.

Laércio, Rede Ecovida, pediu acesso ao material apresentado pela CIAPO não só para os seminários regionais, mas para todos os membros das CNAPO, não só às planilhas Excel mas também aos dados qualitativos. Propõe para a próxima reunião que esse tema e essas informações sejam debatidos no âmbito das Subcomissões Temáticas.

Priscilla, MDA, colocou as informações à disposição e reforçou a importância da articulação do CT de Monitoramento da CIAPO e do GT M&A da CNAPO. Colocou ainda a importância de se fazer um processo de atualização dos dados e que esses sejam repassados à CNAPO com antecedência para serem discutidos na reunião.

Cláudia de Souza, MDA, considera que hoje, a partir da experiência acumulada e desses dados, há muito mais subsídios para o GT M&A propor uma metodologia de monitoramento. É papel do GT M&A da CNAPO se debruçar em cima desses dados e criar uma metodologia para as ST discutirem na próxima reunião e para o monitoramento da CNAPO.

Selvino, SG-PR, em período próximo, a Mesa Coordenadora e a CIAPO devem se reunir para debater esses dados todos. Essa conversa é fundamental para a discussão do novo Planapo. É preciso criar um calendário para essas discussões.

Relatos das ST

ST Sociobiodiversidade - Paulo

- Além do debate sobre o PPA, houve uma discussão sobre o PL 7735;
- Iniciativa de apresentação do Protocolo Comunitário de Bailique, experiência do Amapá;
- Programa da Sociobiodiversidade – Inicialmente, a ST mapeou dentro do Planapo um conjunto de políticas de sociobiodiversidade, divididas nos quatro eixos do Plano. Mas existem outras políticas, inseridas no PNDRSS, no Plansan, no Plano Nacional de Florestas, a Política Nacional de Promoção da Sociobiodiversidade, etc. A ST vem trabalhando para identificar os sombreamentos e as complementaridades. A ideia é criar um Programa da Sociobiodiversidade a partir disso. Existe uma consultoria contratada, que apresentará produtos mais elaborados com essa finalidade. A conclusão se daria no Seminário da Sociobiodiversidade, previsto para acontecer dias 19 e 20 de maio, em Brasília. O evento está sendo organizado e terá como objetivo debater a consolidação desse Programa;
- Situação atual da votação da ação de inconstitucionalidade do decreto 4887 – No dia 19/03 está prevista a análise dessa ação por parte do Supremo Tribunal Federal - STF. Caso a inconstitucionalidade seja declarada, a ST entende que será um grande retrocesso na garantia dos direitos das comunidades quilombolas. Nesse sentido, a ST entende que seria importante a elaboração de uma Carta em defesa do Decreto e contra a PEC 215. A Carta foi elaborada e aprovada pela ST e uma vez apreciada e aprovada pela CNAPO, seria feita uma movimentação política junto ao STF e à Câmara dos Deputados, para pressionar pela manutenção dos instrumentos que garantem os direitos das comunidades quilombolas. O relator leu a Carta, para apreciação da Plenária. Selvino lembrou as regras de funcionamento da CNAPO, aprovadas em Plenária, que prevêm o envio prévio à Mesa Coordenadora e aos membros da CNAPO de documentos a serem emitidos pela CNAPO, para análise. Para aprovar esse documento hoje, será em caráter de absoluta excepcionalidade e com a concordância de todos. A plenária aprovou por unanimidade e a Secretaria-Executiva da CNAPO ficou responsável pelo encaminhamento do documento.

ST Conhecimento

Alexandre Bezerra Pires – ASA

- Debate sobre o Pronatec Campo – Processo em discussão. Criado um comitê, com representantes de vários setores, para fazer diagnóstico e avaliação do Programa. Identificação, por parte do governo, entre os diversos sujeitos demandantes, dos Institutos Federais como prioridade para se trabalhar no próximo

período. A partir disso, foi definida a realização de Seminários estaduais com os vários sujeitos políticos para ir construindo as demandas e formas de gestão do Pronatec Campo nos Estados. Alguns estados já realizaram os eventos. Essa também é uma demanda retirada do primeiro Seminário de Educação do Campo, ocorrido em outubro de 2014, promovido pelo MEC. Os IF estão com a responsabilidade de realizar esses seminários estaduais. Nossas redes e movimentos devem se articular para participar desse processo. A ideia é culminar esse processo com a realização de um Segundo de Educação do Campo. A pedagogia da alternância é um recurso muito importante para o Pronatec Campo, mas é reconhecida a dificuldade que os IF têm de trabalhar com essa metodologia. Isso torna ainda mais importante a participação das organizações e movimentos, contribuindo com as suas experiências. Outra questão é como articular essas iniciativas do Pronatec Campo com a necessidade de profissionais em várias áreas. A exemplo da ATER e do crédito.

- Plano Nacional de Inovação – Hur Bem (MDA) e Fernando (Embrapa) apresentaram os dados das metas e iniciativas previstas dentro do Plano de Inovação, que são os eventos previstos pelos Estados. Das quase 200 atividades previstas, apenas 50 foram realizadas. Isso demonstra que o mecanismo utilizado hoje, via Embrapa, precisa ser repensado do ponto de vista de sua eficiência. A CIAPO precisa discutir outras formas de acesso a esses recursos. Ideia de realizar um seminário nacional, no âmbito da Embrapa, para aproximadamente 50 pessoas. A ST encaminhou a formação de uma comissão para pensar inicialmente na estratégia do seminário, para depois pensar no público a ser convidado e o governo providenciará os recursos materiais para essa realização. Alguns temas, como água, energia, formação, etc., foram levantados pela ST para serem trabalhados. Há que se rever os mecanismos para que o Plano Nacional de Inovação avance e uma das sugestões é aquela já relatada pelo Paulo Petersen, do “Pronaf Pesquisa”.
- ATER Agroecologia – Foi feito um balanço dos dados, que mostraram um público de 40 mil atendidos dos 75 mil da meta, ou seja, temos 35 mil a atender até o final de 2015. Precisamos pensar a forma de monitoramento das Chamadas de ATER de forma geral. GTO irá se reunir no início de abril para retomar a discussão sobre as Chamadas de ATER Agroecologia e a perspectiva de não cumprimento dessa meta até o final do ano. Há uma necessidade de formação de profissionais de Agroecologia não só para as Chamadas de Agroecologia, mas para o conjunto de Chamadas. Há uma perspectiva de Chamadas para o Semiárido e Região Amazônica, convergentes com políticas públicas. Possibilidade de ampliação da Chamada do Brasil Miséria, com foco em inclusão produtiva e políticas públicas. Foi levantada ainda a preocupação com orçamento diante do atual cenário econômico, e segundo Éverton, a informação é de que o que foi planejado está assegurado.
- Foi discutida ainda a questão da necessidade de estruturação do MDA para assegurar que o Planapo e, em especial, as Chamadas Públicas de ATER e a PNATER consigam alcançar a sua eficiência. As instituições têm sofrido dificuldades em relação à capacidade do ministério de assegurar pessoal para a gestão e operacionalização desses projetos.

ST Produção, Crédito, Fomento e Agroindustrialização

- Sobre a discussão do PPA, ficou a questão a ser aprofundada sobre a relação crédito/fomento e a ATER. Outro tema pendente é como estimular a cooperação dentro da Agroecologia. Sobre legislação sanitária, foram identificadas quatro frentes que estão tratando dessa questão: relação MDA e Mapa, mais na questão de legislação direcionada aos produtos de origem animal; Contag e Anvisa; Unicopas diretamente com a Ministra e agora o GT constituído pela ST Produção. A proposta da ST é gerar uma unidade de construção dessas quatro frentes, por meio da organização de um seminário que reúna todos esses atores e aproximando o Congresso para promover uma leitura de unidade sobre o tema.
- A ST iniciou um debate sobre comercialização. Nas próximas reuniões, esse tema será aprofundado, englobando assuntos como as perspectivas e os canais de comercialização para a Agroecologia. Um dos canais a serem estudados é o PNAE.

Selvino questionou sobre a realização do Seminário proposto, uma vez que não há recursos previstos. A SG-PR não possui recursos orçados para este fim.

O relator esclareceu que o público é, em sua maioria, de Brasília, e já vêm se reunindo. A princípio, o próprio relator Elenar (Incra) e Aline (MDA) ficaram responsáveis pela organização. Não há recursos, mas a previsão é de trazer cerca de oito pessoas dos Estados. A articulação se dará mais diretamente com o MDA, na pessoa do Cássio. As passagens necessárias serão solicitadas como apoio dos ministérios e órgãos vinculados envolvidos.

Selvino esclareceu que esse evento não está na programação e não foi apreciado pela Mesa Coordenadora da CNAPO. Sugere encaminhar para a Mesa Coordenadora avaliar.

Denis, ANA, colocou que a evolução do trabalho da ST mostrou a necessidade de se reunir um conjunto de pessoas que estão envolvidas nessa discussão, no sentido de se acumular, não só para a CNAPO, mas também para a incidência política no tema. Seria um evento pequeno, para poucas pessoas (cerca de 25-30), que em termos de custos não seria significativo.

Laércio, Rede Ecovida, sugere que não se trate o evento como algo mais sofisticado, um seminário, mas que seja uma reunião de trabalho. Sugere que a plenária aprove o encaminhamento da ST, que deverá manter a secretaria-executiva da CNAPO informada sobre as providências adotadas para a realização do evento.

A plenária manifestou concordância com a proposta do Laércio.

Romeu informou sobre a sanção, pelo Prefeito Haddad, de São Paulo (SP), da Lei do Produto Orgânico na Alimentação Escolar. Serão dois milhões de refeições orgânicas por dia, distribuídas em São Paulo.

ST Mulheres - Grisel – MMA

- Discussão das indicações das entidades de representação – a ST avalia que há um certo esvaziamento da participação das mulheres na CNAPO como um todo. A ST solicita à secretaria-executiva da CNAPO que avalie como está a representação das entidades dentro das ST;
- PPA 2016-2019 – ST solicita à secretaria-executiva da CNAPO que providencie uma reunião com as mulheres no dia 14/04, pela manhã, antes da reunião do Fórum Interconselhos, para socialização, debates e nivelamento das propostas;
- Segundo Planapo – A participação das mulheres como eixo transversal para o documento.

ST Insumos - Rogério Dias – Mapa

- Informou que está sendo construída a proposta de elaboração de um catálogo nacional de insumos apropriados e aprovados para uso na agricultura orgânica. A ST já está realizando levantamento das organizações produtoras desses insumos.
- A ST está dividida em diferentes segmentos. Uma das propostas é a construção de um Programa Nacional para o Desenvolvimento de Bioinsumos, visando resolver problemas voltados a questões técnicas, de marco legal e de vontade política. A previsão é de que em agosto seja realizada uma oficina para sistematizar os principais gargalos e as principais iniciativas que seriam importantes para fazer uma alavancagem da produção de insumos, focando em produtos de controle biológico, microorganismos, fixação biológica, etc.

ST Sementes - Cláudio – Incra PR

- Marcelo, da FAO, apresentou projeto da FAO sobre recursos genéticos com mandioca. Esse tema será aprofundado dentro da ST, com ministérios e órgãos como Embrapa, para ver que órgão do governo poderia

assumir a coordenação desse projeto, uma vez que a FAO precisa ser provocada para dar seqüência ao projeto.

- Daniela, do MDS, informou sobre o início da execução do Programa de Sementes do Semiárido, com o objetivo de instalar ou apoiar 600 bancos de sementes na região, sob coordenação da ASA, envolvendo 22 entidades. Já foi realizado o seminário inicial de trabalho com as entidades.
- Bancos de germoplasma (Embrapa) – há um grupo de trabalho dentro da ST Sementes que está discutindo essa questão. Esse GT se reunirá novamente para discutir alguns aspectos burocráticos e jurídicos para que o acesso se dê na prática.
- PAA Sementes, da Conab – Foi aprofundada a análise sobre o novo Manual de operacionalização. Espera-se que avance apesar dos questionamentos a respeito de algumas questões que foram levantadas pela ST antes da saída do manual, mas não foram contempladas.
- Sobre o PL 7735, que a ST entende que é importante aprofundar na CNAPO e tentar sensibilizar os ministros do MDA e da SG-PR, que estarão conosco logo mais, no sentido de retirada do pedido de urgência.
- Marcelo Piccin, do MDA, apresentou o Programa Nacional de Sementes e Mudanças, com as estratégias de execução do Programa. Espera-se que seja iniciado já em 2015. A idéia é que o MDA lance o Programa oficialmente em julho desse ano. Para sistematizar as propostas surgidas na ST, foi criado um grupo para trabalhar até o dia 30/03, prazo negociado com Marcelo Piccin para receber essas propostas. O grupo é composto pelo Gabriel (ANA), Charles (MPA), Dulce (Embrapa) e provavelmente o Pedro (ABD) ou Marcelo Passos (Rede Ecológica), por parte da sociedade civil, e Jorge (Mapa), por parte do governo.

Informe Consea

Marcelo Silva, Secretário-Executivo do Consea, realizou apresentação (em anexo) sobre a 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, cujo lema é Comida de Verdade, no Campo e na Cidade: Por direitos e soberania alimentar. Ocorrerá de 03 a 06 de novembro de 2015, em Brasília (DF).

Calendário de Reuniões

Selvino apresentou a proposta de calendário elaborada pela Mesa Coordenadora da CNAPO. Informou ainda que a CIAPO também já elaborou calendário próprio para as reuniões de 2015.

Alexandre Pires, ASA, solicitou a alteração da data da reunião de junho, em função das tradições culturais do Nordeste. A proposta é que a reunião de junho seja realizada de 16 a 18 de junho, semana anterior. A plenária acatou a proposta.

Selvino pediu que quem soubesse de eventos importantes, relevantes para a temática da Agroecologia, que informe para que sejam incorporados à agenda da CNAPO, para participação, iniciativas, articulações, etc.

Paulo Petersen informou sobre o 9º Congresso Brasileiro de Agroecologia em Belém (PA), de 28 de setembro a 01 de outubro de 2015, com o tema Diversidade e Soberania na Construção do Bem-Viver, e, entre o dia 07 e 09 de outubro, o Congresso Latinoamericano de Agroecologia, em La Plata, Argentina, organizado pela Sociedade Latinoamericana de Agroecologia.

André, Terra de Direitos, informou que de 24 a 27 de junho será realizada em Irati, PR, a 14ª Jornada de Agroecologia. Entre os temas estará a questão das políticas públicas para a Agroecologia. Lembrando que nessa cidade ocorreu o maior número de prisões relativas aos processos do PAA.

Rogério Dias, MAPA, informou sobre a Semana dos Alimentos Orgânicos, que esse ano será de 24 a 31 de maio, marco da Campanha Anual do Alimento Orgânico.

Terezinha, Embrapa, informou que dias 14 e 15 de abril a Embrapa receberá um grupo de índios Parecis para mais um evento “Diálogos Agroecológicos” de acesso de agricultores indígenas aos bancos de germoplasma. Serão recebidos na Embrapa recursos Genéticos e Embrapa Hortaliças um grupo de 15 indígenas ligados à política nacional de gestão territorial e ambiental de terras indígenas.

Irene, ABA, informou que de 25 a 27 de março ocorrerá o evento “Governança de Solos”, organizado pelo TCU no âmbito do Ano Internacional dos Solos, em Brasília. No próximo Planapo deveremos considerar a questão dos solos.

Regina, IPEA, informou sobre a pesquisa que está sendo realizada pelo IPEA, em parceria com a UnB e a Embrapa Cerrados, sobre a avaliação do Planapo. A metodologia compreende uma análise da estruturação do plano e em seguida uma avaliação do primeiro ano de sua execução. O objetivo é trazer subsídios para o aprimoramento da PNAPO e dar visibilidade ao Planapo. Nessa primeira fase, foram iniciadas as entrevistas com os membros da sociedade civil e posteriormente serão agendadas entrevistas com os membros do governo. Na seqüência, serão entrevistados os membros da CIAPO, com foco no monitoramento da execução. Pretende-se ainda realizar estudos de casos. O horizonte temporal da pesquisa vai até 2016, mas a perspectiva é de que já em 2015 a pesquisa possa gerar contribuições para o processo de elaboração do segundo Planapo.

Selvino informou que a Mesa Coordenadora da CNAPO já realizou reunião com o grupo que coordena a execução da pesquisa, que é considerada muito importante para contribuir no processo de avaliação do Planapo.

Outro Informes

Lorena, Ministério da Saúde, informou sobre o lançamento do Livro Alimentos Regionais Brasileiros. O material contribui para a segurança alimentar e nutricional da população brasileira.

André, Terra de Direitos, em referência ao PL 7735, foram elaboradas duas Cartas, uma direcionada ao Governo, que já circulou, mas existe outra, direcionada às empresas, para alertar que as comunidades não compactuam com o PL da forma como está redigido e caso esse texto seja aprovado, irão colocar empecilhos para o acesso. Essa Carta necessita de adesão das organizações. Quem quiser assinar, representando a sua instituição, pode procurá-lo.

Ernesto Kasper, Abrabio, informou que ontem, 17/03, a Ecocitrus conseguiu, a partir de biodigestores, “zerar” a conta de energia, que era da ordem de vinte mil reais. A produção própria de energia e gás está servindo para abastecer a unidade de energia e também abastecendo os veículos.

Irene, ABA, pediu que na próxima reunião todos tragam suas canecas e copos para reutilizar, e que todos possam trazer um alimento “de verdade” para compartilhar na hora do lanche.

Denis, ANA, informou que está disponível a publicação dos anais do III ENA, há alguns exemplares físicos, mas a tiragem não foi muito grande. Está disponível no site da ANA a versão eletrônica. A versão física está na pasta que será entregue aos ministros Patrus e Rosseto em seguida.

Selvino explicou que a pauta está cumprida, sem prejuízo de algum informe que seja necessário após as falas dos ministros.

Participação dos Ministros Miguel Rosseto e Patrus Ananias

Fala da Sociedade Civil – Eugênio Ferrari

Quando a Presidenta Dilma, em 2011, assumiu o compromisso de elaborar a PNAPO, os movimentos se sentiram convocados a mobilizar suas bases e a participar ativamente da construção dessa política, certos de que essa construção se daria a partir da experiência acumulada pela sociedade, especialmente das agricultoras e dos agricultores que há mais de três décadas vêm construindo a Agroecologia no Brasil. Ao nos debruçarmos sobre esse desafio, nós tínhamos a clareza de que atuávamos em um contexto muito adverso, hegemônico pelo modelo de desenvolvimento rural baseado no agronegócio, concentrador de renda e dos fatores da produção, especialmente a terra, que reproduz estruturas de poder, bloqueadoras do acesso das populações mais empobrecidas aos seus benefícios. Nesse sentido, nós buscamos referenciar a nossa participação nesse processo em algumas premissas. Em primeiro lugar, a PNAPO deveria estar orientada para o fortalecimento de uma alternativa de desenvolvimento rural no Brasil. A efetividade da PNAPO deve estar intrinsecamente associada ao princípio constitucional da função social da terra, através da reforma agrária, da regularização fundiária e do reconhecimento dos direitos territoriais das populações e comunidades tradicionais. Essa efetividade depende não só da reorientação para a produção familiar, mas de uma integração das diferentes políticas e de diferentes ministérios e órgãos públicos encarregados da sua formulação e execução. Essa integração e articulação tem que ser buscada a partir do enfoque territorial, que é uma pré-condição para que sejam incorporados os princípios da Agroecologia nessas dinâmicas de desenvolvimento rural, ou seja, a PNAPO deve ser orientada ao reconhecimento e respeito à diversidade dos contextos ecológicos e socioculturais que caracterizam os modos de vida da agricultura familiar camponesa e das populações tradicionais. E é esse conjunto, da agricultura familiar camponesa e das comunidades e povos tradicionais que deve constituir a base social da construção da alternativa agroecológica, e, portanto, são esses os sujeitos de direitos da PNAPO. Assim, não estamos falando de um nicho de mercado, de poucos agricultores produzindo para poucos e abastados consumidores. Não estamos falando de ações compensatórias destinadas aos pobres rurais não inseridos nos grandes mercados. É preciso que nos debruçemos sobre os obstáculos existentes em relação à ampliação da escala dessas experiências agroecológicas existentes no Brasil inteiro. Esse era e continua sendo o nosso horizonte quando nos debruçamos na construção da PNAPO. No entanto, nós também fomos bastante pragmáticos no sentido de entender que, naquele contexto adverso, era possível vislumbramos pequenas vitórias. Era possível avançarmos em algumas iniciativas do Planapo que fortalecessem as experiências em curso, criando condições para que em um momento mais favorável pudéssemos avançar na construção do horizonte que acabei de mencionar. E foi assim que nós debruçamos, por exemplo, na construção das Chamadas de ATER Agroecologia, do Programa Ecoforte, do Pronara, do Programa de Sementes, dos editais dos Núcleos de Agroecologia, dentre diversas outras iniciativas. Foi muito frutífero o diálogo junto aos representantes dos diferentes ministérios aqui na CNAPO. Houve um efetivo empenho em se buscar essa intersectorialidade. O fato de a CNAPO estar sediada na SG-PR facilitou, e muito, esse diálogo intersectorial e interministerial. Ontem, em nossa plenária, comentou-se sobre o nosso silêncio, que estávamos muitos calados e pouco motivados para o debate. O que se passa é que, desde o ano passado, a cada pequena vitória, o que simultaneamente vemos são grandes retrocessos. Ao mesmo tempo em que vemos o lançamento do Programa de Sementes do Semiárido, na semana passada, vemos essa semana o PL 7735, encabeçado pelo MMA, sendo tramitado em regime de urgência no Senado. Esse PL pode colocar por terra todos os objetivos que podem ser alcançados pelo Programa de Sementes. Vemos o Programa Ecoforte, com recursos muito abaixo das expectativas e com um ritmo de execução extremamente lento. Assistimos também à desestruturação dos mecanismos do PAA que possibilitaram que esse Programa alcançasse uma ampla base social, de uma forma totalmente coerente com o que se propõe a Agroecologia. Estamos completamente desinformados sobre a Anater, diante da importância que tem a ATER no Planapo. Isso para ficar em alguns exemplos. Temos a clareza de que um projeto de desenvolvimento rural baseado na Agroecologia tem um enorme potencial para responder a grandes desafios que a sociedade brasileira enfrenta na atualidade. Não só em termos de geração de riqueza, de renda, de trabalho, mas também no sentido de criarmos alternativas mais soberanas a esse modelo agroexportador que nos acompanha desde o Brasil-Colônia. Para a produção de uma alimentação saudável, “alimentos de verdade”, como acabamos de ouvir do Consea. Para minimizar os impactos do aquecimento global e de suas conseqüências cada vez

mais catastróficas. A crise hídrica que afeta hoje a região sudeste do Brasil é resultado direto do desmatamento da Amazônia e da ocupação desordenada do Cerrado com esse modelo do agronegócio. Nós vamos transpor o quê, se o Rio São Francisco está secando com essa ocupação do Cerrado? Para finalizar, se não bastasse nós vermos as medidas de controle das contas públicas a partir da redução de direitos dos trabalhadores serem foco de manifestações públicas na semana passada, nós não estamos vendo, na PNAPO, nenhum sinal de que vamos avançar mais. Pelo contrário, o estamos vendo é retrocesso. Caros companheiros Patrus e Rosseto, com todo o respeito pelas trajetórias políticas de vocês, nós precisamos dizer que o que nós queremos é uma motivação, são sinalizações de que nós podemos continuar a nos sentir convocados nessa construção do segundo Planapo, um Planapo mais ousado, mais abrangente, à altura do nosso tempo histórico. Uma sinalização de que a CIAPO e a CNAPO serão fortalecidas nesse novo governo. Nós queremos, Patrus e Rosseto, uma motivação, argumentos para que nós possamos mobilizar as nossas bases e irmos para as ruas defender esse governo.

Tatiana, Rede Xique-Xique, pediu que a Secretaria de Mulheres do MDA seja fortalecida, pois esta vem dando visibilidade ao trabalho das mulheres no campo. Passou a palavra ao Ministro Patrus Ananias.

Ministro Patrus Ananias – MDA

Fez as saudações iniciais e se justificou pelo fato de não poder ficar após a sua fala, por motivos de agenda. Fiz questão de estar aqui e minha presença não é uma presença burocrática, é uma presença de compromisso. Considero duas dimensões iniciais da maior importância nesse encontro, nessa 10ª Reunião da CNAPO. Primeiro, o fato de ser um espaço onde estão presentes entidades. Eu valorizo muito esses espaços, porque é através desses encontros de entidades, de movimentos sociais, que nós vamos construindo nossos consensos, acertando nossa compreensão comum da realidade e aquilo que nós queremos alcançar. Destacar também que é um encontro entre entidades da sociedade civil e representantes do Estado. Esses encontros me parecem muito saudáveis. Essa construção, esse debate franco, fraterno, entre representantes do Estado e da sociedade civil, dos movimentos sociais. Quero colocar aqui o meu compromisso com este espaço coletivo, plural, democrático. A segunda dimensão, da maior relevância, é o fato de ser um encontro voltado para a questão da reforma agrária, da agricultura familiar, mas também da Agroecologia. Nesse sentido, vou pedir ao Ministro Miguel Rosseto também, temos que ter uma atenção maior com esse projeto que está tramitando no Senado, o do PL 7735, da agrobiodiversidade. É um debate que nós precisamos fazer, porque o sentimento que me passa, às vezes, não só como ministro, mas também como cidadão, como militante político e social, como professor universitário, é que estamos perdendo esse debate na sociedade. Está passando a idéia de que sementes transgênicas, inseticidas, fazem parte de uma agricultura eficaz, que produz muito. Temos que fazer um debate forte na sociedade, e, ao mesmo tempo, mobilizar também as universidades, a Embrapa, e outras entidades, governamentais e não-governamentais, no campo da pesquisa, para buscarmos uma agricultura saudável, ecológica e também produtiva, que garanta também a rentabilidade, a sustentabilidade dos agricultores e das agricultoras familiares, dos assentamentos, etc. Esse é um debate da maior relevância, nós temos que enfrentá-lo na sociedade hoje. Os médicos, estudiosos de saúde pública, têm chamado a atenção para o fato de que o número de pessoas doentes, a incidência muito alta de pessoas com câncer, tem a ver com a alimentação envenenada. Mas esse debate não vai para a mídia, não ganha a sociedade, e a gente sabe o porquê. Por trás das sementes transgênicas, existem poderosos interesses econômicos. Esses dois aspectos, o de ser um espaço coletivo, democrático, plural, estado e sociedade, entidades, movimentos sociais; e a temática aqui tratada são muito caros para nós, não só para mim pessoalmente, como cidadão, para o Ministério do Desenvolvimento Agrário, para os interlocutores e parceiros dentro do nosso governo, e para as pessoas que querem preservar a vida, garantir um futuro melhor, um mundo mais razoável para os meninos e meninas de amanhã. Quero compartilhar com vocês uma questão e gostaria que vocês refletissem sobre ela. Estamos querendo propor uma grande conferência nacional da terra, no ano que vem, com a mais ampla adesão da sociedade (movimentos sociais, igrejas, universidades, etc.) para pautar a discussão da terra no Brasil, para discutir com

seriedade a função social da terra, a questão da reforma agrária, da agroecologia, de uma agricultura a serviço da vida, como fazer do campo um espaço atrativo para a juventude, para que as novas gerações permaneçam, como vincular a questão da terra com a educação, com a cultura, com o lazer, com atividades esportivas, a questão da água, etc. As grandes mudanças que nós queremos alcançar muitas vezes dependem de ações governamentais, mas é preciso ganhar a sociedade primeiro, para ganharmos espaço nas articulações com o legislativo, etc. Vamos trabalhar para reverter o jogo, reverter essas derrotas das quais falou o Ferrari.

Ministro Miguel Rosseto – SG-PR

Cumprimentou a todos. Este novo governo reafirma o seu compromisso com o Planapo, porque este Plano traduz uma visão de País, uma visão de desenvolvimento, uma visão estratégica do nosso País. Símbolos são importantes. E um símbolo importante é que a Presidenta Dilma Rousseff irá ao Rio Grande Sul, município de Eldorado, nesta sexta-feira, participar do início da colheita de arroz orgânico e isso é um símbolo importante, quando a Presidenta da República, na sua primeira movimentação em direção à atividade agrícola, vai em um assentamento da reforma agrária, numa cooperativa da reforma agrária, colher arroz orgânico. E isto, obviamente, é um símbolo importante que traduz um compromisso da presidenta e do nosso governo. Essas coisas são importantes porque, mais do que uma reunião, uma atividade de exposição pública. A presença da presidenta da república representa uma positiva divulgação de um esforço importante de brasileiros e brasileiras numa cooperativa de assentados, na produção de arroz orgânico, que é uma experiência muito positiva. Quero formalizar isso, junto com o Patrus e todos vocês. Irei depois recolher, com o secretário Selvino, todas as deliberações, conclusões, que vocês construíram nesse encontro. O grande marco é este, é um programa vitorioso porque construiu um plano vitorioso, porque foi capaz de construir e executar programas, foi capaz de sustentar uma agenda de caráter permanente, estamos aqui na décima plenária, portanto ele tem vida, é duradouro, ele expande, tem capacidade de diálogo, ele entra para as políticas públicas de governo. Isto é um plano vitorioso, não é um plano no papel. É um plano que saiu do papel e entrou na vida. Todos nós queremos passos mais largos e, seguramente, passos mais rápidos. Todos nós sabemos, e vivemos isso, contradições, dificuldades, derrotas, enfim, e acompanhamos isso. Este é um projeto em disputa com valores distintos, com variáveis distintas e interesses distintos. A novidade no Brasil somos nós, esta plenária é uma novidade no Brasil. Portanto, a nossa plenária é uma expressão de vitória. Nós vamos continuar trabalhando em relação à possível retirada do pedido de urgência desse projeto (PL 7735), que acompanho desde o ano passado, ainda pelo MDA, tive derrotas importantes, mas disputamos e vamos continuar disputando. Quero registrar que esse marco é um marco de vitória, vocês são lideranças importantes e este Plano é a diferença. Nós somos a diferença, a novidade. Seguramente, todos os grandes programas e instrumentos de tradução dessa política estão em avaliação. Sob a liderança do Ministro Patrus, que recebe uma herança de uma experiência de 12 anos de MDA, e com sua nova equipe, em um diálogo aberto, com a nossa participação, será capaz de liderar um avanço, um salto para a frente, que atualize esse programas, que qualifique esses programas a partir da experiência que nós construímos. Essas são as coisas boas, poder manter as boas tradições e construir o novo futuro. Esse é o momento que o governo está passando. Temos programas muito importantes e vitoriosos, que dão força a estes planos e idéias, que estiveram sob avaliação pesada no ano passado e têm potencial para fluir com muito mais força este ano. O MDA é um espaço privilegiado desta base que o Ferrari nos falou, se tu corretamente identifica a base, o público-alvo, o modelo que tem a capacidade de receber e operar esse modo de produção, que é na verdade mais que um modo de produção, é um modo de vida, de cultura, de relação com a vida, com o planeta e com a sustentabilidade. Temos temas muito importantes que são desafios do Ministro Patrus pela sua liderança e que a Secretaria-Geral acompanha não só pela minha responsabilidade, mas também pelo meu “meio lado” de ministro do MDA. Primeiro, temos uma grande experiência do Pronaf que nós temos que fazer avançar. Todo Plano Safra nós avançamos. Temos que ver como é que cada vez mais a gente cria capacidade e adequação de um crédito adequado ao modelo de produção. Ano passado nós avançamos saindo de produto para sistemas de produção, grande avanço conceitual. O Ministro Patrus tem uma enorme e positiva responsabilidade que é a de implantar a Anater, e nós temos conversado

sobre isso. Em maio do ano passado a presidenta Dilma assina o decreto que institui a Anater, mas nós não conseguimos concluir a formatação de uma diretoria por conta do segundo semestre, que foi um ambiente eleitoral. Nós concluímos o conselho de administração, que já está indicado, falta atualizar. Avançamos muito no contrato de gestão, no estatuto, e falta, efetivamente, a nomeação da diretoria de tal forma que ela possa operar. Um dado muito positivo é que a Anater é hospedada no MDA, sob a liderança do Ministro Patrus, que é o presidente do conselho de administração da Anater, que é um grande instrumento para dar potência aos nossos programas de ATER e uma ATER voltada para a agroecologia e para a produção orgânica. Os instrumentos de PAA e PNAE, que são muito importantes e que dialogam com o SUASA, tema que temos que enfrentar na área da vigilância sanitária, para que nós possamos permitir que os programas e produtos de produção ecológica ou orgânica possam entrar nesses mercados, nos mercados públicos, nos mercados governamentais, nas escolas e outros mercados públicos. O PAA passou por um processo muito forte de avaliação ano passado, mas é um grande programa, que precisa ser fortalecido, na sua gestão a partir da Conab. O PNAE também. Temos um grande espaço a ocupar dentro do PNAE, com a nossa capacidade de produção. Existem regras que temos sempre que atualizar, a partir do SUASA, fazer com que as regras sanitárias, se nós abrimos mão da qualidade e da sanidade do alimento, nós temos que saber separar as regras de qualidade alimentar das regras de mercado, especialmente as regras que provocam exclusão de mercado, de atividades econômicas de pequenas e médias agroindústrias. A Conab é um espaço estratégico para o Plano. O Plano de produção nosso, a nossa produção agroecológica não é uma produção marginal, não é um adereço à produção de alimentos do país. Pelo contrário, na nossa visão, o nosso objetivo é que essa produção faça parte direta de uma estratégia de desenvolvimento para o País, uma estratégia de segurança alimentar e de qualidade alimentar para o nosso povo. Não é uma atividade marginal, de adereço a uma atividade de produção de alimentos em um projeto de segurança alimentar para o País. Portanto, ela tem que ter escala, tem que crescer, que ter pesquisa, ter inteligência e ela tem que ter uma Conab que cada vez mais compreenda isso e opere isso como um grande instrumento de inteligência e de abastecimento do País. E nós temos que disputar isso. A Conab tem que ser um instrumento que dialogue com o projeto de segurança alimentar do nosso País. Ela opera o PAA, e o PAA é um brutal instrumento para a construção dessa política de abastecimento, de articulação dos grandes centros de produção e abastecimento das regiões metropolitanas, entre tantos outros programas. O MDA cada vez mais ocupa um papel importante dentro da Conab. E nós articulamos para que o MDA entre cada vez mais dentro da Conab e que essas agendas façam parte dessa instituição importante, que tem uma inteligência importante, seja através do conselho de administração ou da diretoria. Da mesma forma que o MDA cada vez mais participa da Embrapa, nos seus conselhos de administração, e dessa rede de instituições que constroem em grande parte uma inteligência de produção tecnológica, através da pesquisa, das redes de distribuição, das inteligências de abastecimento do nosso povo. Esta produção nossa tem que vir para dentro disso, tem que abastecer a sociedade brasileira como um todo. Esse é um projeto muito caro para todos nós. Isso faz parte de uma estratégia muito importante para nós, pensar nessa capacidade de ampliar essa produção, de dar escala nessa produção, de permitir o acesso a esse conhecimento e o direito à escolha dos produtores, é um compromisso do nosso governo e desta Comissão. Isso é um modelo claro para todos nós. A nossa capacidade de compreender isso e fazer com que isso entre para essas grandes redes e para as grandes estruturas que nós temos, como cooperativas e associações de produtores, e que essas políticas públicas reconheçam isso, é um desafio que nos entusiasma muito e deve convocar a todos nós. Temos grandes instrumentos de política pública que devem ser ampliados, melhorados, qualificados e isso faz parte do nosso trabalho, da nossa agenda permanente. Por fim, quero falar para vocês sobre um tema que não sei se entrou em pauta ou se já foi debatido. Conversei com o Ministro Patrus sobre a melhor localização da CNAPO dentro do governo. Desde quando era ministro do MDA, eu conversava diretamente com o então ministro Gilberto Carvalho, se o acumulado até então em relação a esta Comissão, se não seria mais eficiente, eficaz, mais próximo dos programas, e portanto com capacidade de resposta melhor, se esta Comissão estivesse sob a liderança do MDA. Porque os grandes instrumentos de execução dessa política, todos eles, dos assentamentos, dos quilombolas, da agricultura familiar, os grandes instrumentos que fazem com que esta política se expanda e chegue até o nosso povo

são todos eles liderados pelo MDA e vão crescer. Com absoluta serenidade e abertura aqui, quero dizer que, em qualquer lugar, todo esse compromisso estratégico fica mantido. O que vamos ver é onde este programa ganha eficiência, capacidade de execução, na medida em que os grandes programas e as políticas públicas estão construídos e nós temos que dar efetividade, nós temos que operar. O Pronaf Agroecologia tem que ir para a vida, as chamadas de ATER têm que funcionar, o PAA tem que funcionar, o PNAE tem que funcionar, a Anater vai estar sob liderança do MDA. São instrumentos em que os planos, as diretrizes que são construídas, têm que irrigar esses programas. Nós temos que ter uma proximidade, uma capacidade de execução muito forte. Nossas equipes estão conversando e qualquer que seja a decisão, todos nós estaremos dando potência juntos, pensando a melhor localização a partir da eficiência do grande Plano nosso. Não há nenhuma discussão, não se trata de movimentos burocráticos, poder político, pelo contrário, o que estamos vendo aqui é um ato de desprendimento total, de ter uma experiência acumulada e ver onde, a partir de avaliação que nós temos, podemos dar maior eficácia, operação, gestão, mais diretas a um Plano que cresceu, que tem diretrizes, que sabe do que quer e precisa ir para a vida. Cumprimento a todos pelas vitórias e pela capacidade de compreender os avanços que devem ser construídos, e desejar um ano de muitos desafios, de muitas lutas e de muitas conquistas. Nosso projeto é um projeto em disputa permanente, porque representa uma outra forma de ver o nosso País, de ver o nosso povo, de respeitar o nosso povo, de colocar o país em outra rota de desenvolvimento. Eu quero crer que este é um espaço muito forte e positivo de afirmação desse projeto de Brasil incluyente, democrático, socialista, dos melhores valores que carrega esta palavra, sustentável, com profundo respeito a homens e mulheres, com profundo respeito à terra, à água e ao ar. Isso é ser rigorosamente sustentável.

Considerações Finais dos Membros da CNAPO

Selvino pediu para que as questões sejam colocadas de forma objetiva. Representantes do MDA, Onaur Ruano, e da SG-PR, se houver, estão convidados para a Mesa.

Paulo Petersen, ANA, registra que em relação ao ancoramento da CNAPO dentro do governo, talvez seja necessária uma reunião da Mesa Coordenadora da CNAPO com o Ministro Rosseto e talvez até com o Ministro Patrus. Entendemos que a interpretação da centralidade referida pelo Ministro Rosseto deve ser debatida. Evidente que o MDA tem um papel absolutamente importante no Planapo, mas uma das grandes virtudes do Planapo exatamente foi promover a intersetorialidade. A CNAPO está ancorada no MDA e nós entendemos que é um bom lugar, mas a SG-PR tem se caracterizado até o momento pelo diálogo com a sociedade, e a CNAPO é o espaço de diálogo com a sociedade e de intersetorialidade. Nós não sabemos até onde esse debate avançou, mas gostaríamos de refletir e ponderar em nome da intersetorialidade porque os diferentes ministérios precisam articular melhor as políticas e talvez, a partir de um centro de debate no MDA, a gente perca o foco mais amplo que a gente precisa exercitar. A sugestão de encaminhamento é que a Mesa Coordenadora renove o pedido de audiência com o Ministro Rosseto e talvez até fazê-lo em conjunto com o Ministro Patrus.

Paulo, APATO, colocou que nesse encontro da CNAPO, um destaque importante foi o debate sobre terra e território. No atual Planapo, esse eixo não aparece. A fala do Ministro Patrus colocou a importância de se retomar esse debate na sociedade. O Estado brasileiro reconheceu o direito aos territórios para as comunidades quilombolas por meio do decreto nº 4887, que é o instrumento que permite a regularização desses territórios dessas populações. Amanhã vai ser votada, no Supremo Tribunal Federal, a ação de inconstitucionalidade que pesa sobre esse decreto. Uma vez que o decreto seja considerado inconstitucional, serão retirados todos os direitos de mais de cinco mil comunidades quilombolas de terem suas terras regularizadas. Foi feita uma carta pela CNAPO, que será encaminhada para os ministros, mas é importante apresentar para o MDA, pois consideramos que é fundamental que o ministério participe e se movimente politicamente, para que nesse dia de amanhã nós tenhamos todo o apoio possível na luta

pela manutenção do decreto. Além da questão dos territórios quilombolas, a questão da PEC 215 foi retomada, e é necessário ter o MDA apoiando e contribuindo na não aprovação dessa PEC. Precisamos também avançar na reforma agrária com enfoque agroecológico. É fundamental que o MDA discuta de que maneira criar os projetos de assentamentos na modalidade ambientalmente diferenciados, na lógica da agroecologia. O crédito e a ATER têm que ser revistos, readequados, assim como avançar no Cooperativismo. Outra questão é a crise da água, que é claramente resultado da gestão de terras no Brasil, que é totalmente contrária à lógica da agroecologia. Precisamos avançar na reforma agrária, na regularização de territórios quilombolas, etc., também para avançar na resolução desta questão da água.

Romeu Leite pediu que Selvino e Ruano transmitissem aos respectivos ministros, a respeito do PL 7735, que está tramitando no Senado e tem como data limite para ser votado o dia 10 de abril. Temos informações de que no Senado o projeto está tramitando sem a presença do MDA e da SG-PR. Pede que a SG-PR volte a promover o diálogo interministerial e com a sociedade, a exemplo do que foi feito no ano passado, para que esse PL seja ajustado dentro das necessidades dos povos e comunidade tradicionais. Pedir também que os assessores parlamentares desses ministérios estivessem acompanhando a tramitação. Depois teremos a regulamentação do texto e gostaríamos também de ser ouvidos nessa etapa. Por exemplo, um ponto bastante importante é que o Mapa vai ter autonomia na definição sobre sementes crioulas, e isso nos preocupa muito, porque afeta o PAA Sementes, os bancos comunitários de sementes e o próprio Planapo. Nós não fomos ouvidos. Reforçamos o pedido ao Ruano e ao Selvino que transmitam essas nossas ponderações e solicitações aos ministros.

Generosa, Unicafes, colocou que a sociedade civil reunida tirou algumas questões que seriam importantes para dialogar com os ministros. Não adianta ter o melhor ministro do mundo se não reestruturar o MDA. Essa reestruturação significa contratar pessoas. Hoje, se o MDA tivesse que colocar todas as chamadas em execução, não haveria pessoal suficiente para fiscalizar os contratos. A chamada de agroecologia, por exemplo, está parada. O SIATER não dá conta, é só uma ferramenta para que se coloque um documento. É preciso ter um sistema de funcionamento, para recolher dados e informações sobre tantas experiências. Sobre recursos, temos dialogado com o Inkra e com o MDA, e os recursos disponíveis hoje no MDA não garantem as necessidades que o MDA tem. É preciso aportar mais recursos. Não adianta colocar a CNAPO dentro do MDA sem que se dê o mesmo suporte que a SG-PR. O que vemos hoje são as cooperativas, as organizações de assistência técnica, se endividando porque estão mantendo a assistência técnica sem receber. A sociedade civil tem defendido esse governo, mas é preciso se sentir respaldado por esse governo. Saio mais ou menos satisfeita, porque é muito triste marcamos uma pauta com os ministérios e os ministros vêm, falam e vão embora sem ouvir, porque têm outras agendas. Falar é muito bom, mas precisamos ser ouvidos. A sociedade está gritando para ser ouvida. Nós não estamos conseguindo estabelecer esse diálogo com o governo. Respeitamos muito as pessoas do governo que fazem o diálogo conosco, mas esse diálogo precisa ser feito também "para cima". Precisamos ser ouvidos para termos coragem de defender esse governo. Estamos dispostos, mas precisamos ter respostas.

Paulo Guilherme, MMA, informou sobre o PL 7735, hoje C02/2015, sua elaboração é de origem não só do MMA, mas também do MDIC e do MCTI. Depois, com a inclusão dos produtos alimentícios, se incorporou o Mapa. Hoje, na audiência pública do Senado sobre esse tema, havia representação da SG-PR, do MDA e do MMA. Acompanhamos, principalmente no segundo momento em que os movimentos sociais tiveram a oportunidade de apresentar as suas posições e nós pudemos colher essas considerações para poder aprofundar esse diálogo.

Gabriel Romeu fez um alerta sobre uma situação que pode colocar em risco alguns projetos de agroecologia. Represento o Instituto Mais Cerrado e também a Rede Pouso Alto de Agroecologia, de Alto Paraíso (GO), que é no planalto central brasileiro. Esse município está localizado integralmente dentro de uma APA, a APA do Pouso Alto, que ainda não tem um Plano de Manejo. A sociedade civil conseguiu apresentar uma alternativa ao plano de manejo

que quase foi aprovado no dia 25/02, em Colinas do Sul (GO). A APA do Pouso Alto compreende o planalto central brasileiro e os campos elevados, justamente o berço das águas, que vão para diversos estados brasileiros. Na versão contestada pela sociedade civil, há uma previsão para áreas de lavoura, que sabemos que serão monocultivos, e com isso virão outras questões, como a aplicação de defensivos químicos por aeronaves. Outra questão presente nessa versão é a construção de pequenas centrais hidrelétricas, inclusive com espaço na mídia, em função desse momento de crise hídrica que atravessamos. Mas se essa versão for aprovada, haverá uma perda muito grande no planalto central brasileiro. Portanto, peço que vocês possam procurar se informar e atuar nas redes sociais, por exemplo, para debater essa questão. Parabenizar a CNAPO e que ela possa se reunir, ter voz e dar voz à sociedade civil.

Ruano, MDA, informou que dará o seu posicionamento em relação às questões afetas ao MDA. Em primeiro lugar, em relação à localização da CNAPO no MDA, fico à vontade para afirmar que o Ministro Patrus ainda não discutiu isso internamente. Essa proposta pelo Ministro Rosseto é recente. Fico à vontade para colocar o meu posicionamento hoje, porque eu certamente seguiria orientações do ministro, se houvesse, mas coloco aqui a minha posição sem ter discutido a questão com o Ministro Patrus nem com o Ministro Rosseto. Tanto a CIAPO como a CNAPO têm a intersectorialidade como sendo um fator fundamental da sua composição, das forças que a compõem, seja as forças dentro do governo, na CIAPO, seja na articulação entre governo e sociedade civil, aqui na CNAPO. Pela minha experiência no Consea, tenho a visão de que como a intersectorialidade é um elemento fundamental, orientador, do que conduz a uma política intersectorial, no caso do governamental, o lócus tem que ser em um dos ministérios, como no caso do Consea é o MDS, onde está a Caisan, e entendo também que o lócus mais adequado da CNAPO, me parece que seria ainda aqui na SG-PR. Isto não significa que seja o entendimento que tenha o nosso Ministro, mas estou me posicionando agora na medida em que não recebi uma orientação ainda do ministro e recebi esta notícia formalmente aqui nesta plenária. Quero registrar que também tenho o entendimento de que há a necessidade de ter essa articulação governo e sociedade civil em uma estrutura que seja como a SG-PR, a Casa Civil, a Presidência, enfim, que permita que se possa ter, em uma perspectiva futura, uma visão, ou em uma criação de um sistema nacional, se possa ter esse relacionamento colocado de uma forma em que o lócus seja aquele que tem a missão institucional de governo de dialogar com a sociedade civil. Não quero aqui dizer contrariamente à posição do Ministro Rosseto, ele tem uma avaliação e uma percepção de que poderia ir para o MDA, ou, como ele mesmo colocou, para outro ministério que pudesse estar também integrado na CIAPO. Portanto, para esse primeiro ponto, gostaria de deixar aqui essa que é a minha opinião, mas não é ainda a posição do MDA, uma vez que não tivemos oportunidade de discutir a questão.

Quem tem acompanhado desde o discurso de posse do Ministro Patrus Ananias, quais são os pontos fundamentais que ele tem levantado e colocado como orientadores de como será a gestão dele frente ao MDA, não tem dúvidas de que terra e território, reforma agrária, são pontos constantes na fala do ministro e recorrentemente colocados por ele como prioridade. Recentemente ele estabeleceu inclusive uma meta, audaciosa, ousada, mas é uma meta que perseguiremos certamente sob a orientação firme do Ministro, e que ele a representa, em um primeiro momento, em relação à reforma agrária, como sendo “não termos nenhuma família, nenhuma criança embaixo de lona em nosso país”. Ou seja, todos aqueles e aquelas que estão hoje acampados, serão conduzidos em um processo político e operacional para os assentamentos da reforma agrária, e mais que isso, não apenas assentar as famílias, mas dar a essas famílias qualidade de vida e condições de que possam efetivamente ter ali um espaço de vivência, como deve ser o espaço de todos que estejam no campo hoje. Isso o Ministro tem colocado de forma muito clara e vocês ouviram a afirmação dele sobre a agroecologia como uma matriz, como um orientador do modelo que deve ser o modelo de produção da agricultura familiar e conseqüentemente dos assentados de reforma agrária, que são a partir desse momento também considerados como agricultores familiares. Não resta dúvida de que essa orientação do Ministro será seguida firmemente.

Outro ponto que foi colocado é um estímulo ou pedido para que o MDA esteja constantemente presente no processo de debate defendendo as questões que são fundamentais e caras a um plenário como este aqui, no que se refere ao PL 7735. O MDA tem estado, apesar de não ser um dos proponentes do projeto de lei, constantemente presente no debate, defendendo as questões que têm sido repercussões do que se debateu e se apontou na CNAPO e no Consea. Ontem estivemos no debate, representados pelo Pavarino, defendendo as posições e os pontos que têm sido levantados aqui. Estamos presentes e alinhados com relação ao que temos defendido. Temos um alinhamento forte com o MMA e estamos na direção de tensionar, de buscar um espaço político suficiente para que possamos tirar a urgência da tramitação desse processo e fazer com que tenhamos mais condições de aprofundar o debate e construir propostas. Todos sabem da dificuldade do embate, tanto na Câmara quanto no Senado. Todas as emendas colocadas pelo nosso campo foram derrotadas. Mesmo assim, a disputa está ocorrendo e se pretende não abandonar este processo e ganhar mais tempo para que isso possa ganhar força no debate com a sociedade. Ontem nós tivemos uma discussão sobre a ação de inconstitucionalidade em relação aos territórios quilombolas. A orientação clara dentro do MDA foi, além dos esforços políticos, colocar também à disposição nossos esforços jurídicos, para que se possa ter uma ação do MDA, patrocinada pelo MDA junto ao Congresso, no sentido de questionar, até juridicamente, a ação de inconstitucionalidade.

Por fim, questões que foram trazidas aqui, que recebemos até como uma posição de solidariedade, de compreensão, das dificuldades que o MDA passa hoje e da necessidade que ele tem, frente à sua grande responsabilidade, de ter fortalecida a sua equipe. Efetivamente, a estrutura do ministério, tanto no que se refere a bens e serviços (tecnologia da informação, informática, frota de veículos, enfim, recursos materiais) quanto a recursos humanos, nós ainda precisamos avançar muito, apesar das pessoas comprometidas que estão lá, mas que efetivamente para o tamanho do desafio, com 5.565 municípios e todos os projetos e ações que são de responsabilidade do MDA tocar, certamente precisamos avançar muito em relação à equipe, ao número, à distribuição dessa equipe nacionalmente e para tanto ações estão sendo feitas, algumas já avançaram, como o pedido de concurso público que tramita no MPOG, fizemos um concurso no ano passado, temos a ampliação de nossa capacidade de TI, mas ainda estamos, concordando com as intervenções feitas aqui, muito aquém da capacidade instalada que o MDA precisa para dar conta.

A questão de ATER, efetivamente, hoje nós temos essa dificuldade. Esperamos, obviamente, porque esse é o desenho que está estabelecido, que com a implementação da Anater, essas questões referentes à necessidade de infraestrutura de pessoal para que os trabalhos de contratação e efetivação de ATER sejam superados, isso ocorrerá quando nós tivermos a Anater implementada. Quando será essa implementação é o que nós não temos condições de responder neste momento, na medida em que essa é uma decisão da Presidenta da República. Estamos fazendo todos os esforços no sentido de que agora, no meio do ano, quando do lançamento do Plano Safra, possamos estar com o que tenha ainda que acabar de construir, no processo da estrutura formal, que é finalizar o modelo de contrato de gestão e do estatuto que serão submetidos ao Conselho de Administração para aprovação e naturalmente a indicação que a Presidenta da República venha a fazer do Presidente e de duas diretorias que ainda precisam ter nomes definidos e indicados. Certamente passaremos a viver um novo momento de assistência técnica e extensão rural dessa política tão importante e fundamental para a agricultura familiar e para o desenvolvimento rural sustentável e solidário, que é o que nós temos aqui o compromisso de fazer com que efetivamente ocorra. Imaginando que consegui dialogar com todas as questões colocadas aqui, de acordo com as minhas condições hoje, agradeço a oportunidade.

Selvino, SG-PR, colocou como encaminhamento final, acatando o pedido do Paulo Petersen, de uma audiência da Mesa Coordenadora da CNAPO com o Ministro Miguel Rosseto e possivelmente com o Ministro Patrus Ananias, a avaliar. Tatiana Muniz declarou encerrada a reunião.